

Quais as políticas ambientais?

Quem ameaça?

Que partidos administram?



OS

GIGANTES

Os cem municípios que compõem
37% do território brasileiro



DE OLHO
NOS RURALISTAS

MENSAGEM DO EDITOR

Há um grupo muito especial de municípios entre os 5.568 que compõem o território brasileiro. Apenas cem deles somam 37% dessa área. Eles impactam o ambiente de forma gigantesca, mas são ignorados. Durante as eleições, fala-se das grandes cidades. Esquecendo-se que mesmo elas são influenciadas pelo que acontece na Amazônia, no Cerrado, no Pantanal. Esses municípios são administrados por políticos que não estão nem aí para o planeta. A agenda deles é a do agronegócio, da mineração, dos grandes projetos destruidores. A seca e o fogo pelo país têm digitais locais. E o Brasil precisa começar a entender melhor seu território.

Alceu Luís Castilho

© De Olho nos Ruralistas - 05 de Setembro de 2024

Coordenação editorial: Alceu Luís Castilho

Texto: Bruno Stankevicius Bassi e Carolina Bataier

Pesquisa: Bruno Stankevicius Bassi, Carolina Bataier, Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini e Bernardo Fialho

Cartografia: Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini

Projeto gráfico: Vanessa Nicolav e Felipe Fogaça

Diagramação: Felipe Fogaça

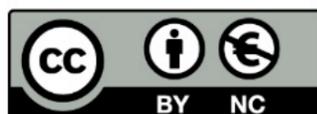
Pesquisa de imagens: Bruno Stankevicius Bassi, Luis Indriunas e Nanci Pittelkow

APOIO:

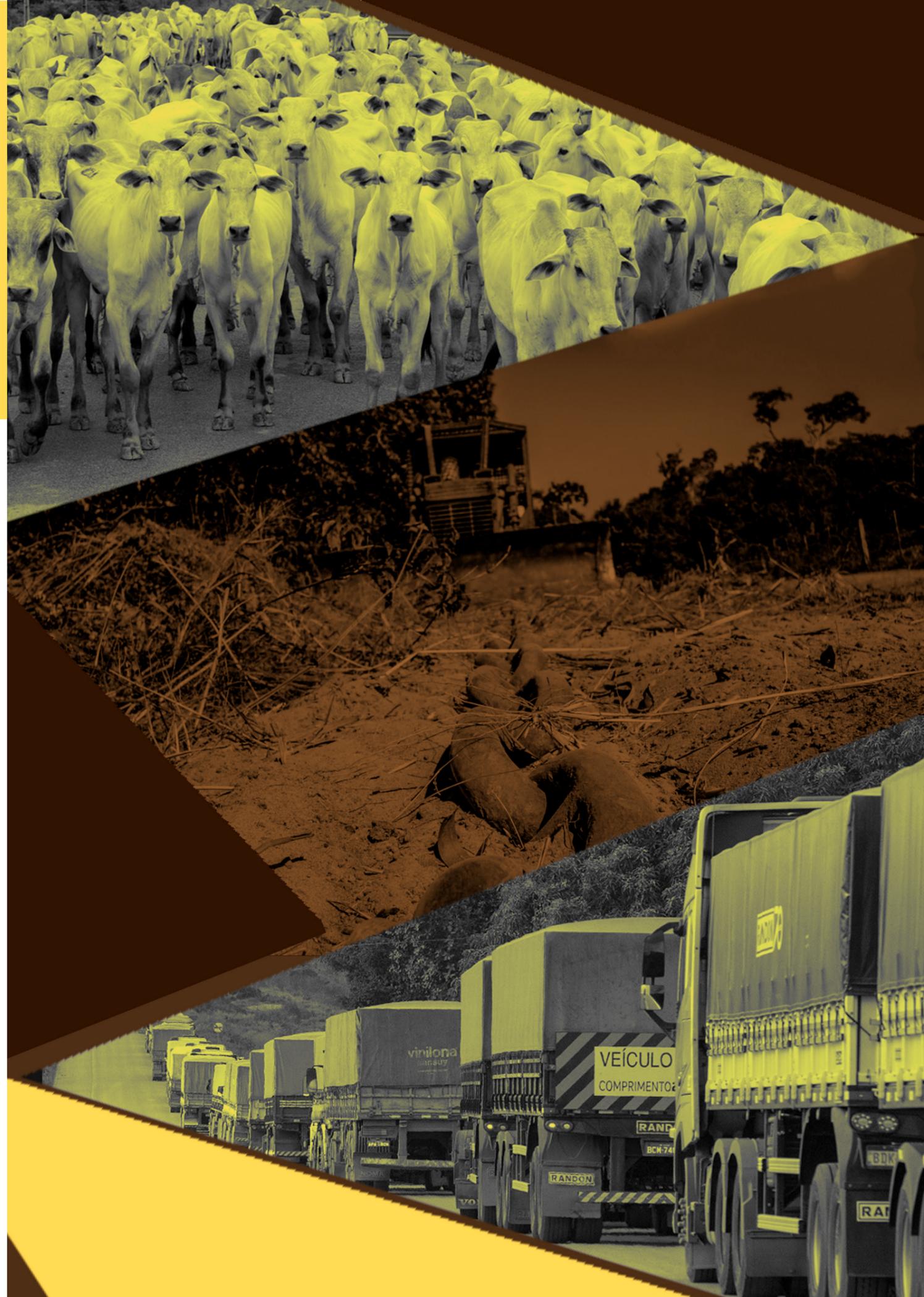
 **HEINRICH BÖLL STIFTUNG**
RIO DE JANEIRO

Para mais informações sobre este documento, envie um email para contato@deolhonosruralistas.com.br

Esta publicação é registrada em nome do observatório **De Olho nos Ruralistas**, mas pode ser utilizada gratuitamente para fins de advocacia pública, campanhas, pesquisa e educação, resguardada a menção completa da autoria. A cópia, tradução ou adaptação de partes ou da íntegra do documento em outras publicações deve ser previamente consultada, podendo haver cobrança. Para quaisquer dúvidas consultar através de email.



As informações disponíveis nesta publicação foram checadas e estão atualizadas até a data da publicação.



ÍNDICE

DESTAQUES

6

APRESENTAÇÃO

8

- QUEM SÃO OS GIGANTES
- DOS DESASTRES À POLÍTICA
- PARTIDOS DO CENTRÃO COMANDAM ÁREA MAIOR QUE A ARGENTINA
- MUNICÍPIOS NÃO ESTÃO PREPARADOS PARA LIDAR COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

I. AMBIENTE DE FACHADA

20

- MEIO AMBIENTE PARA QUEM?
- DE MÃOS DADAS COM O GARIMPO
- SOB LATIFUNDIÁRIOS, MUNICÍPIOS RETORNAM À LISTA DE DESMATADORES
- APENAS 12 PREFEITOS CITAM ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA COMO META
- MINISTÉRIO PÚBLICO COBRA ADEQUAÇÕES

II. AS AGRO-PREFEITURAS

30

- DESMATAMENTO AVANÇA COM RURALISTAS MILIONÁRIOS
- DA PECUÁRIA À SOJA
- PREFEITOS DO PANTANAL ESTÃO LIGADOS À JBS
- POLÍTICOS VERSUS INDÍGENAS
- SINDICATOS RURAIS USAM PREFEITOS PARA ALTERAR ZONEAMENTO
- MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGA PREFEITURAS POR APOIAREM GARIMPO ILEGAL
- PETISTA APOIA MEGAPROJETO DE CELULOSE DA SUZANO

III. DO LOCAL AO GLOBAL

48

- FALSAS SOLUÇÕES, GRANDES NEGÓCIOS
- OS GIGANTES NA ROTA DO NOVO PAC
- PROJETO DE HIDROVIA COLOCA PANTANAL EM PERIGO
- SOJA NOS TRILHOS
- AMACRO, A ÚLTIMA FRONTEIRA ANTES DO COLAPSO

O QUE DIZEM AS PREFEITURAS

59

CONCLUSÃO

60

REFERÊNCIAS

61

DESTAQUES

- Os cem maiores municípios em extensão somam 37% do território brasileiro. A área equivale à Índia e ultrapassa a soma de todos os países da Europa Ocidental.
- A política ambiental e climática desse grupo de municípios — Os Gigantes — possui peso planetário. Eles possuem 4 milhões de habitantes — entre eles, 412 mil indígenas.
- Esses municípios estão entre os mais afetados pelas mudanças climáticas: 77 deles são suscetíveis a grandes desastres geo-hidrológicos, como o que devastou o Rio Grande do Sul em maio. Até 5% da população vive em áreas de risco para inundações, enxurradas e deslizamentos.
- Eles também estão entre os mais sujeitos à intensificação das secas e queimadas. Os dez municípios que mais perderam superfície de água em 2023 em relação à média histórica pertencem aos Gigantes. O Pantanal lidera: Corumbá (MS), Cáceres (MT), Aquidauana (MS) e Poconé (MT) perderam juntos 5.442 km² — uma massa de água 3,5 vezes maior que a do município de São Paulo.
- Entre janeiro de 2021 e julho de 2024, os cem maiores municípios perderam 22 mil km² de vegetação nativa — 38,4% do desmatamento registrado no Brasil no período. Uma área do tamanho de El Salvador.
- Conversão para pasto é a principal causa de desmatamento: os gigantes possuem 9 dos 10 maiores rebanhos bovinos do país. São 30 milhões de cabeças de gado, 12% da criação nacional. Em média, 6,88 cabeças por habitante contra um índice nacional de 1,15 .
- Das cem prefeituras, 89 são comandadas por partidos ligados ao Centrão. Juntos, eles possuem uma área superior à da Argentina. O União Brasil controla 35 municípios, seguido pelo MDB, com 29.
- O partido do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, possui apenas dois prefeitos nesses cem municípios.
- Apenas 48 entre eles possuem secretarias ou órgãos específicos para o meio ambiente, com dotação orçamentária própria. Nos demais, a gestão ambiental é compartilhada com outras áreas: 30 possuem secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, Mineração ou Turismo. Juntas.

- O agronegócio influencia diretamente a política ambiental dos gigantes. Dos 41 prefeitos que declararam imóveis rurais à Justiça eleitoral, 28 são latifundiários ou empresários do setor e têm patrimônio acima de R\$ 1 milhão. Sindicatos rurais revisam normas ambientais e influenciam na gestão pública.
- Entre os 52 prefeitos que disputam a reeleição, apenas 12 citam ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em seus planos de governo.
- Os cem municípios estão na rota dos grandes projetos de infraestrutura agrominero-exportadora. Prefeitos pressionam governos federal e estadual para acelerar concessões e obras, enquanto apostam em projetos de créditos de carbono para reforçar a narrativa verde.



Pantanal registra queimadas superiores a 2020, quando fogo destruiu 30% do bioma. (Silas Ismael/WWF Brasil)



Queimadas bloqueiam o céu em Porto Velho: município registra a pior qualidade do ar no Brasil. (Portal da Cidade)

APRESENTAÇÃO

QUEM SÃO OS GIGANTES

O território brasileiro comporta quase todo o continente europeu. Um quinto das Américas. É a maior área continental do hemisfério sul. O Oiapoque, no Amapá, está mais próximo do Canadá do que em relação a Chuí, no extremo sul do país. Entre o litoral paraibano, onde se inicia a Rodovia Transamazônica, e Mâncio Lima, na divisa com o Peru, são 4.326 quilômetros — quase a mesma distância entre Lisboa e Moscou.

Entre esses extremos existem 5.568 municípios. Entre eles, desponta um time seleta, cujas proporções são comparáveis a países inteiros. O maior deles, Altamira (PA), é maior que a Grécia. Bem maior que Portugal.

Os cem maiores municípios brasileiros em extensão somam 37% do território nacional. O tamanho da Índia. Eles motivam o nome deste relatório, “Os Gigantes”.

Esses municípios se espalham por onze estados, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Eles abrangem quatro biomas brasileiros — Amazônia, Cerrado, Pantanal e Chaco — e concentram as maiores áreas rurais do país.

Desempenham ainda um papel estratégico: 40 deles estão localizados na faixa de fronteira. (Entre eles, Porto Murtinho, onde fica a parte brasileira do Chaco.) Com exceção de Uruguai e Argentina, todos nossos vizinhos sul-americanos fazem divisa com pelo menos um dos Gigantes.

E possuem relevância ambiental: 94 dos cem municípios estão na Amazônia Legal. Eles representam 29 dos 52 integrantes da lista prioritária do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Esse plano foi relançado em 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), após paralisação no governo de Jair Bolsonaro.

Os Gigantes têm 17 entre os 30 municípios que mais emitiram gases do efeito estufa (GEE) em 2023 — decorrente, em grande parte, da conversão de florestas em pastos.¹ Conforme veremos na terceira parte deste relatório, estão na linha de frente do avanço da fronteira agropecuária e minerária e lideram os dados de desmatamento no Brasil.

Nos cem maiores municípios vivem 4.356.441 de pessoas, 2,15% da população brasileira segundo dados do último censo demográfico, de 2022. Eles são polos de diversidade étnica

e linguística, abrigando 24,3% da população indígena do Brasil: são 411.730 representantes de povos originários. Eles vivem em territórios reconhecidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) ou em centros urbanos — muitas vezes de modo forçado, após a expulsão de suas terras.²

Os indígenas compõem 9,5% da população total dos Gigantes. E 65,4% dos habitantes se identificam como pardos; 8,1% como pretos. Somado, o índice é 32% superior à média nacional. Ainda dentro desse recorte, 34,8 mil pessoas se reconhecem como quilombolas, conforme identificado de forma inédita pelo Censo 2022.³

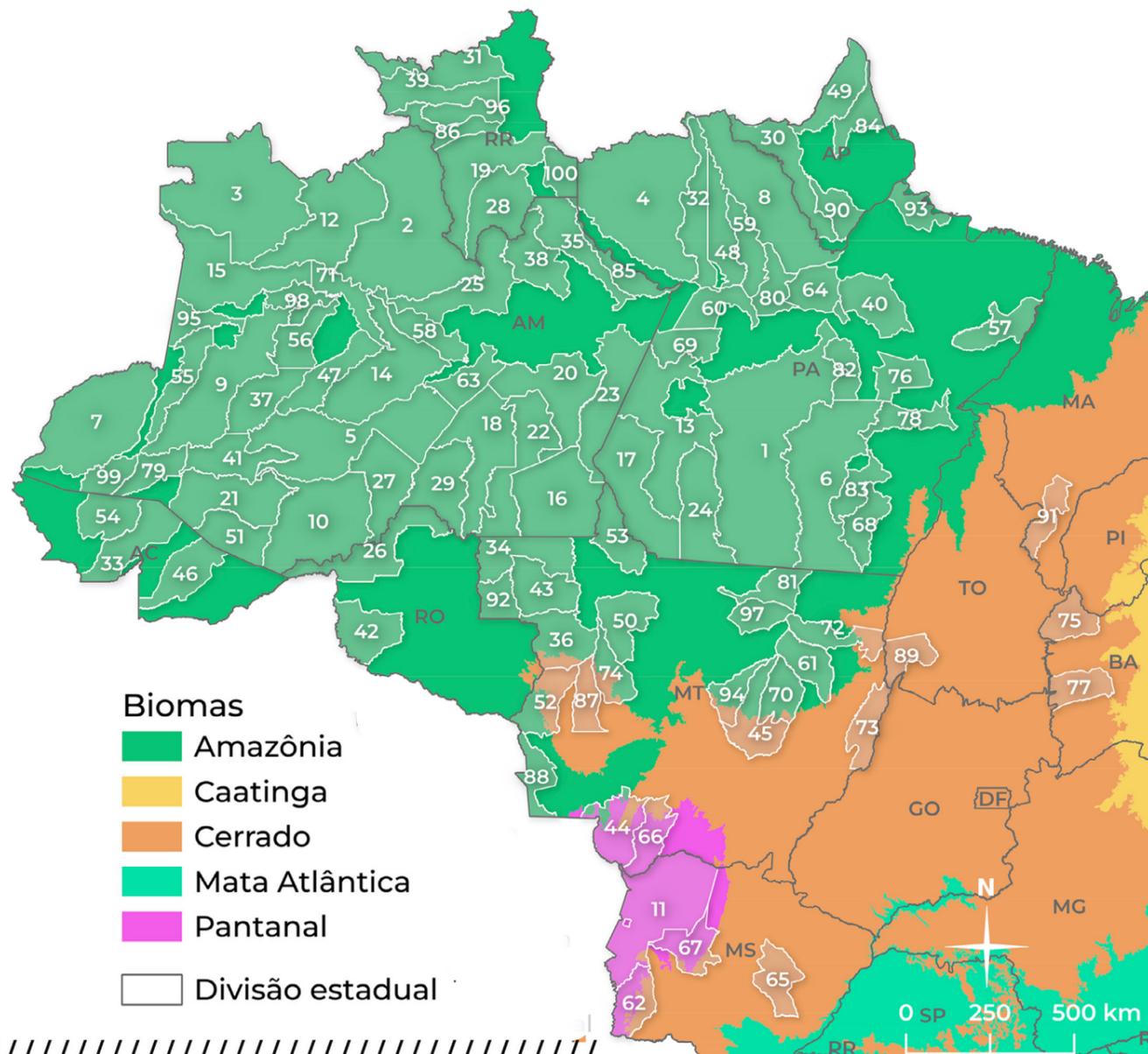
Esses grupos sociais, historicamente atingidos pela segregação territorial e pela desigualdade de renda, são os mais impactados pelos efeitos das mudanças climáticas. Vítimas diretas do racismo ambiental.



Enchentes de fevereiro afetaram 19 dos 22 municípios do Acre. (Marcos Vicentti/Secom)

OS GIGANTES

CEM MUNICÍPIOS COMPÕEM
37% DO TERRITÓRIO BRASILEIRO,
ÁREA DO TAMANHO DA ÍNDIA



	MUNICÍPIO (UF)	PREFEITO (2021-2024)
1	Altamira (PA)	Claudio Gomes (PP)
2	Barcelos (AM)	Edson Mendes (MDB)
3	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Clóvis Curubão (PT)
4	Oriximiná (PA)	Delegado Fonseca (REPUBLICANOS)
5	Tapauá (AM)	Gamaliel (UNIÃO)
6	São Félix do Xingu (PA)	João Cleber (MDB)
7	Atalaia do Norte (AM)	Denis Paiva (UNIÃO)
8	Almeirim (PA)	Lúcia do Líder (MDB)
9	Jutaí (AM)	Pedrinho (PDT)
10	Lábrea (AM)	Gean Barros (MDB)
11	Corumbá (MS)	Marcelo Lunes (PSDB)
12	Santa Isabel do Rio Negro (AM)	Beleza (UNIÃO)
13	Itaituba (PA)	Valmir Climaco (MDB)
14	Coari (AM)	Keitton Pinheiro (UNIÃO)
15	Japurá (AM)	Professor Vanilso (UNIÃO)
16	Apuí (AM)	Marcos Lise (UNIÃO)
17	Jacareacanga (PA)	Valdo do Posto (MDB)
18	Manicoré (AM)	Lucio Flavio (PSD)
19	Caracaraí (RR)	Diane (PP)
20	Borba (AM)	Simao Peixoto (MDB)
21	Pauini (AM)	Renato Afonso (PSD)
22	Novo Aripuanã (AM)	Jocione Souza (UNIÃO)
23	Maués (AM)	Junior Leite (UNIÃO)
24	Novo Progresso (PA)	Gelson Dill (MDB)
25	Novo Airão (AM)	Frederico Junior (UNIÃO)
26	Porto Velho (RO)	Hildon Chaves (PSDB)
27	Canutama (AM)	Ze Roberto (UNIÃO)
28	Rorainópolis (RR)	Leandro Pereira (SOLIDARIEDADE) ¹
29	Humaitá (AM)	Dedei Lobo (UNIÃO)
30	Laranjal do Jari (AP)	Márcio Serrão (UNIÃO)
31	Amajari (RR)	Nubia Lima (PP)
32	Óbidos (PA)	Jaime Silva (MDB)
33	Feijó (AC)	Kiefer Cavalcante (PP)
34	Colniza (MT)	Miltinho (UNIÃO)
35	Uruará (AM)	Enrico Falabella (UNIÃO)
36	Juína (MT)	Paulo Veronese (UNIÃO)
37	Caruaru (AM)	Bruno Ramalho (MDB)
38	Presidente Figueiredo (AM)	Patricia Lopes (UNIÃO)
39	Alto Alegre (RR)	Pedro Henrique Machado (PSD) ²
40	Portel (PA)	Paulo Ferreira (MDB)
41	Itamarati (AM)	João Campelo (MDB)
42	Guajará-Mirim (RO)	Raissa Bento (MDB)
43	Aripuanã (MT)	Seluir (UNIÃO)
44	Cáceres (MT)	Eliene Liberato (PSB)
45	Paranatinga (MT)	Marquinhos do Dedé (MDB)
46	Sena Madureira (AC)	Mazinho Serafim (PODEMOS)
47	Tefé (AM)	Nicson Marreira (UNIÃO)
48	Alenquer (PA)	Tom Silva (MDB)
49	Oiapoque (AP)	Breno Almeida (PP)
50	Juara (MT)	Carlos Sirena (UNIÃO)

¹ Renunciou em 2023. Wagner Nunes (Republicanos) foi eleito em votação suplementar.

² Cassado em 2021. Assumiu o vice Alessandro Daltro Sousa (Republicanos).

³ Cassado em 2024. Júnior Hage (PP) foi eleito em votação suplementar.

⁴ Faleceu em março de 2024. Assumiu o vice Antonio de Sousa Pinto (PL)

⁵ Cassado em 2024. Assumiu o vice Israel Borges Nunes (Republicanos)

51	Boca do Acre (AM)	Zeca Cruz (PP)
52	Comodoro (MT)	Rogério Vilela (UNIÃO)
53	Apiacás (MT)	Julio da Papelaria (MDB)
54	Tarauacá (AC)	Maria Lucinéia (PDT)
55	São Paulo de Olivença (AM)	Gibe Martins (UNIÃO)
56	Juruá (AM)	Dr. Júnior (MDB)
57	Paragominas (PA)	Doutor Lucidio (UNIÃO)
58	Codajás (AM)	Tonho (UNIÃO)
59	Monte Alegre (PA)	Matheus Almeida (MDB) ³
60	Santarém (PA)	Nélio Aguiar (UNIÃO)
61	Querência (MT)	Fernando Gorgen (UNIÃO)
62	Porto Murtinho (MS)	Nelson Cintra (PSDB)
63	Beruri (AM)	Maria Lucir dos Santos (MDB)
64	Porto de Moz (PA)	Berg Trabalho Campos (PTB)
65	Ribas do Rio Pardo (MS)	João Alfredo (PT)
66	Poconé (MT)	Tatá Amaral (UNIÃO)
67	Aquidauana (MS)	Odilon Ribeiro (PSDB)
68	Cumaru do Norte (PA)	Nego (MDB)
69	Aveiro (PA)	Vilson Gonçalves (MDB)
70	Gaúcha do Norte (MT)	Voney Goiano (MDB)
71	Maraã (AM)	Pr. Edir Castelo Branco (UNIÃO)
72	São Félix do Araguaia (MT)	Dra. Janaíza (UNIÃO)
73	Cocalinho (MT)	Baco (UNIÃO)
74	Brasnorte (MT)	Edelo Ferrari (UNIÃO)
75	Formosa do Rio Preto (BA)	Neo (PSD)
76	Novo Repartimento (PA)	Valdir Lemes (PSD)
77	São Desidério (BA)	Zé Carlos (PP)
78	Marabá (PA)	Tião Miranda (PSD)
79	Eirunepé (AM)	Raylan Barroso (MDB)
80	Praíha (PA)	Davi Xavier (MDB)
81	Peixoto de Azevedo (MT)	Mauricio (PSD)
82	Senador José Porfírio (PA)	Dirceu Biancardi (PSD)
83	Ourilândia do Norte (PA)	Dr. Júlio (MDB)
84	Calçoene (AP)	Reinaldo Barros (PDT) ⁴
85	Nhamundá (AM)	Marina Pandolfo (UNIÃO)
86	Iracema (RR)	Jairo Ribeiro (REPUBLICANOS)
87	Sapezal (MT)	Valcir Casagrande (UNIÃO)
88	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	Dr. Andre (MDB)
89	Formoso do Araguaia (TO)	Heno Rodrigues (PTB) ⁵
90	Mazagão (AP)	Dudão Costa (UNIÃO)
91	Balsas (MA)	Dr. Erik Augusto (PP)
92	Rondolândia (MT)	Guedes (MDB)
93	Chaves (PA)	Pastor Zequinha (PSD)
94	Nova Ubiratã (MT)	Neninho da Nevada (UNIÃO)
95	Santo Antônio do Içá (AM)	Walter Ribeiro da Costa (MDB)
96	Mucajá (RR)	Dona Nega (PL)
97	Marcelândia (MT)	Celso Padovani (UNIÃO)
98	Fonte Boa (AM)	Biquinho (MDB)
99	Ipixuna (AM)	Maria Oliveira (PSDB)
100	Caroebe (RR)	Osmar Filho (REPUBLICANOS)

DISPUTAM REELEIÇÃO

Seca assola rios do Amazonas, impactando transportes e segurança alimentar. (Marcos Vicentti/Secom)



DOS DESASTRES À POLÍTICA

Entre 2014 e 2023, o Brasil registrou 32.729 ocorrências ligadas a desastres naturais. Esses eventos resultaram em 1.768 óbitos e deixaram mais de 4 milhões de pessoas desabrigadas. O impacto econômico é enorme: R\$ 362 bilhões em prejuízos, o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, conforme dados da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (Sedec/MIDR). Os eventos vêm se agravando: o quinquênio 2019/2023 teve o dobro de ocorrências em relação ao período anterior e quase o triplo de mortes.⁴

Segundo levantamento realizado pela Casa Civil, o Brasil possui, ao todo, 1.942 municípios suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações. Dos cem maiores municípios do Brasil, 77 estão nessa lista. Eles concentram 195 mil pessoas vivendo em áreas sujeitas a deslizamentos, enxurradas e inundações — 5% da população. Em Caracaraí (RR), na fronteira com a Venezuela, 57% dos habitantes estão sob risco. Em Eirunepé e Boca do Acre (AM), mais de 30% vivem em áreas suscetíveis a desastres.⁵

No Acre, a ameaça se confirmou em março deste ano: 19 municípios decretaram emergência em decorrência das megaenchentes que assolaram o estado. Três deles compõem os Gigantes: Feijó, Sena Madureira e Tarauacá. Neste último, 2,5 mil pessoas ficaram desalojadas e outras 500 recorreram a abrigos. A tragédia teve pouca repercussão nacional.⁶

Outra face do colapso climático, a seca também atinge diretamente os Gigantes. Entre os dez municípios brasileiros que mais perderam superfície de água em 2023, todos integram a lista dos cem maiores. Os dados obtidos na plataforma MapBiomas mostram que esse avanço se dá principalmente no Pantanal: Corumbá e Aquidauana (MS), Cáceres e Poconé (MT) perderam, juntos, 5.442 km² de superfície de água — 3,5 vezes o tamanho de São Paulo (SP). Na Amazônia, outros 1.194 km² perdidos, divididos entre Chaves (PA), Barcelos, Coari e Codajás (AM), Caracaraí e Rorainópolis (RR).⁷

A seca na Amazônia e no Pantanal alimenta a atual temporada de queimadas: Porto Velho — única capital entre os cem maiores municípios do Brasil — atingiu em agosto a pior qualidade do ar em todo o país, com uma concentração de poluentes 40,8 vezes superior ao valor anual recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).⁸

Esses dados estão entre os destaques do primeiro capítulo deste relatório produzido pelo núcleo de pesquisa do observatório De Olho nos Ruralistas. Ao longo de quatro meses, nossa equipe mapeou indicadores socioambientais e analisou as políticas ambientais realizadas pelas prefeituras desses cem municípios. Os dados são alarmantes: apenas 48 municípios gigantescos possuem secretarias ou órgãos específicos para o meio ambiente, com dotação orçamentária própria.

Nos demais casos, as políticas ambientais são geridas em conjunto com outras áreas, como economia, saúde, saneamento e até mesmo defesa civil. Em 30 municípios, as políticas de meio ambiente ficam a cargo das pastas de agropecuária, mineração e turismo — justamente os setores-alvo de licenciamento ambiental. Esse capítulo de “Os Gigantes” traz ainda uma análise dos municípios que, administrados por prefeitos fazendeiros, voltaram à lista de ações prioritárias do PPCDAm.

A segunda parte é dedicada aos conflitos de interesses. Quem são os prefeitos que comandam os Gigantes? Quais suas conexões com o agronegócio e o garimpo? Para entender os rumos das políticas ambientais nos cem municípios é necessário saber quem as influencia: entre os prefeitos eleitos em 2020, 41 são fazendeiros ou empresários do agronegócio, conforme declaração de bens entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em outros casos, a relação é menos óbvia. Como em Cocalinho e São Félix do Araguaia (MT), onde sindicatos rurais conquistaram a revisão do zoneamento ecológico, ampliando áreas de cultivo de soja. Ou em Itaituba e Jacaraecanga (PA), cujos mandatários são investigados por facilitar licenças para garimpeiros. Ou em Ribas do Rio Pardo (MS), onde o prefeito petista governa em linha com as diretrizes da Suzano, gigante do setor de papel e celulose.

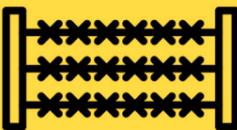
O terceiro e último capítulo situa os Gigantes no debate global sobre as mudanças climáticas. Como as políticas ambientais dialogam

com a expansão da fronteira agropecuária no Brasil? É possível conciliar a defesa dos ecossistemas e das pessoas mais vulneráveis aos efeitos da crise climática com o avanço contínuo do desmatamento para abertura de pastos e lavouras? Qual o papel do governo federal nesse contexto? Trinta entre os cem municípios analisados estão na rota direta dos grandes empreendimentos fomentados no Novo PAC. Com impactos diretos sobre o ambiente: da explosão nos índices de desmatamento ligados à consolidação logística do Amacro (a mais recente fronteira agrícola, formada por Amazonas, Acre e Rondônia) ao colapso hidrológico no Pantanal, com a extensão da hidrovía Paraná-Paraguai. É possível discutir o combate às mudanças climáticas enquanto os governos — municipal, estadual, nacional — injetam dinheiro público em favor daqueles que destroem?



QUEM SÃO OS GIGANTES

MAIORES MUNICÍPIOS DO PAÍS SOFREM COM OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DO RACISMO AMBIENTAL

 <p>412 mil indígenas</p>	 <p>35 mil quilombolas</p>	 <p>73,4% da população é negra ou parda</p>
 <p>30 milhões de cabeças de gado (6,88 por habitante)</p>	 <p>17 municípios entre os maiores emissores de gases do efeito estufa (GEE)</p>	 <p>38,4% do desmatamento registrado no Brasil entre 2021 e 2024</p>
 <p>6.636 km² de superfície de água perdida em 2023</p>	 <p>195 mil pessoas em áreas de risco de inundações, enxurradas ou deslizamentos</p>	 <p>40 municípios na faixa de fronteira</p>

Fontes: IBGE (2023), SEEG (2024), MapBiomas col. 08 (2024) e Casa Civil (2023)

PARTIDOS DO CENTRÃO COMANDAM ÁREA MAIOR QUE A ARGENTINA

Embora concentrem as maiores áreas rurais do Brasil, a lista dos Gigantes inclui municípios com índices elevados de urbanização. É o caso de Laranjal do Jari (AP), Corumbá (MS) e Balsas (MA), com cerca de 90% da população vivendo em zonas urbanas — índice superior ao de algumas capitais brasileiras.⁹ Figuram também na lista as sedes de regiões metropolitanas como Santarém (PA), Caracaraí e Caroebe (RR), e Porto Velho (RO).¹⁰

Entre os Gigantes estão 16 dos 30 maiores rebanhos bovinos do Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pecuária é a principal atividade econômica nesses municípios. A soja, a silvicultura e a mineração, como veremos na terceira parte, possuem um papel mais restrito.

São Félix do Xingu (PA) é a dona do maior rebanho do país, com 2,5 milhões de cabeças de gado. Ela é seguida por Corumbá (MS), Porto Velho (RO), Novo Repartimento (PA), Marabá (PA), Cáceres (MT), Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), Altamira (PA) e Juara (MT), todas com rebanhos acima de 1 milhão de cabeças.¹¹

O município paraense tem a maior área de pasto entre os Gigantes. São 20 mil km², o tamanho de Israel. A área é quase duas vezes maior que as pastagens do segundo colocado, Altamira.¹²



União Brasil de Ronaldo Caiado comanda 35 prefeituras entre os Gigantes. (Divulgação)



14 dos 29 municípios governados pelo MDB estão no Pará, do governador Helder Barbalho. (Marcos Santos/ Agência Pará)

O prefeito de São Félix do Xingu é João Cleber de Souza Torres (MDB), um importante pecuarista da região. Em 2020, ele declarou ao TSE possuir 11.855 cabeças de gado. Agora, candidato à reeleição, o número diminuiu para 4.310 bois.¹³ Em outubro de 2023, o Ministério Público Federal (MPF) pediu seu afastamento, após ele tentar impedir a desintrusão de pecuaristas da Terra Indígena (TI) Apyterewa, por meio de notícias falsas disseminadas em suas redes sociais e nas da prefeitura.¹⁴ O político nega as acusações e diz que a ação é “juridicamente desprovida de sustentação”.¹⁵



OS GIGANTES E A PECUÁRIA

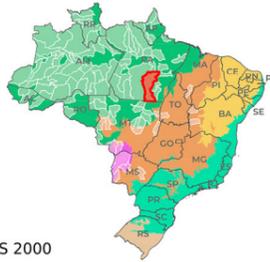
MAIOR REBANHO DO BRASIL, SÃO FÉLIX DO XINGU TEM ÁREA DE PASTO DO TAMANHO DE ISRAEL

1- SÃO FÉLIX DO XINGU (PA)	20.047,61 km ²
2- ALTAMIRA (PA)	11.665,88 km ²
3- PORTO VELHO (RO)	10.868,12 km ²
4- RIBAS DO RIO PARDO (MS)	10.673,42 km ²
5- NOVO REPARTIMENTO (PA)	7.878,66 km ²
6- MARABÁ (PA)	7.873,57 km ²
7- NOVO PROGRESSO (PA)	7.267,45 km ²
8- CUMARU DO NORTE (PA)	7.180,39 km ²
9- JUARA (MT)	7.067,96 km ²
10- LÁBREA (AM)	6.289,23 km ²

— Hidrografia
— Soja
— Sede municipal
— Pasto
— Mineração

0 50 100 km

Fonte: IBGE (2023); Inpe (2024); Mapbiomas col.8 (2024) Basemap ESRI SRC: Geográficas SIRGAS 2000



O MDB de João Cléber era, em 2020, o partido com o maior número de prefeituras entre os cem maiores municípios do país: 29 ao todo. Catorze apenas no Pará, governado pelo emedebista Helder Barbalho. Seu pai, o ex-governador e ex-senador Jader Barbalho, está no partido desde sua fundação em 1966, no início da ditadura.

Com a janela de transferência partidária para as eleições de 2024, o velho MDB foi ultrapassado por um herdeiro mais direto da Arena, o partido de sustentação do regime militar e um dos berços do ruralismo brasileiro. Nos últimos meses, o União Brasil conquistou a adesão de políticos de outras siglas e comanda hoje 35 prefeituras. Juntos, esses municípios somam 1 milhão de km² — uma área equivalente à do Egito, 29º maior país do mundo. Resultado da fusão entre o DEM e o PSL, o partido é presidido por um aliado de Ronaldo Caiado, governador de Goiás e fundador da União Democrática Ruralista

(UDR). Tanto Caiado como Helder Barbalho, do MDB, são pré-candidatos à eleição presidencial de 2026.

Assim como no Congresso, a direita brasileira comanda boa parte dos Gigantes. Apelidado de Centrão em virtude do fisiologismo e da capacidade de manter alianças com governos de diferentes matizes ideológicos — de Dilma Rousseff a Michel Temer, de Bolsonaro a Lula — esse bloco é composto por PP, PSD, Republicanos, Solidariedade, PTB e Podemos. O regime de alianças funciona de forma diferente nas eleições locais, a ponto de os rivais PT e PL dividirem palanque em 85 municípios.¹⁶ Mas é comum que esses partidos atuem em coligação uns com os outros.

MDB e União também somam forças com o bloco liderado por Arthur Lira (PP). Incluindo os dois partidos, o Centrão controla 89 prefeituras. Uma área combinada de 2,8 milhões de km², maior que o território da Argentina

— o equivalente a um terço do território brasileiro.

À frente do governo federal, o Partido dos Trabalhadores comanda apenas dois Gigantes. Em Ribas do Rio Pardo (MS), o prefeito João Alfredo disputa a reeleição alternando entre a promoção da agricultura familiar e o apoio à monocultura de eucalipto. Dono de uma fazenda arrendada para produção da árvore, ele foi o principal articulador para a instalação no município da maior fábrica de celulose do mundo, pela Suzano, com capacidade de produzir 2,55 milhões de toneladas ao ano.¹⁷

Na outra ponta do país e lar da segunda maior população indígena do Brasil, com 48.256 habitantes, São Gabriel da Cachoeira (AM) não contará mais com o prefeito Clóvis Curubão, da etnia Tariana, que encerra seu segundo mandato. Para a sucessão, ele apoia seu sobrinho Egmar Curubinha (PT).

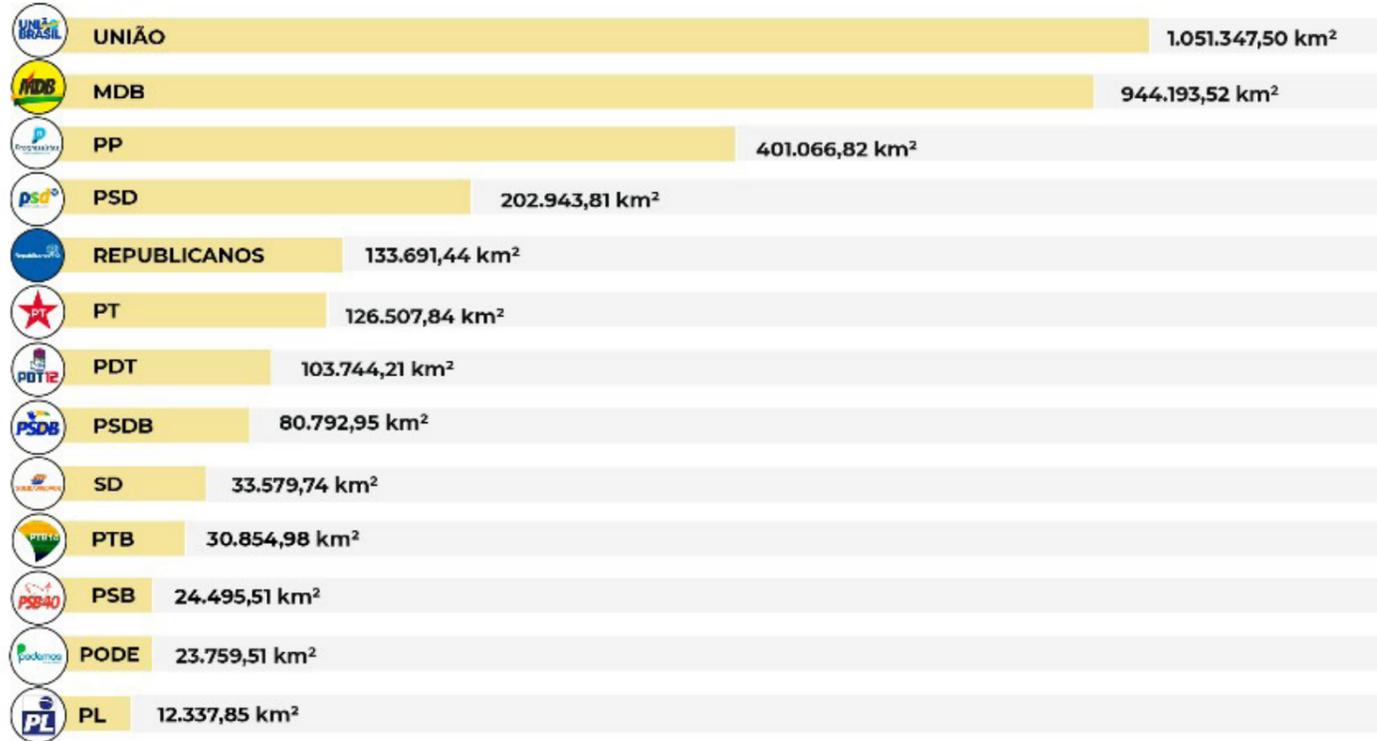
O PL de Jair Bolsonaro tem apenas uma prefeita: Dona Nega, em Mucajaí (RR).



Município mais indígena do Brasil, São Gabriel da Cachoeira abriga 23 etnias e tem três línguas oficiais, fora o português. (Christian Braga/Greenpeace)

BRASIL-CENTRÃO

PARTIDOS COMO UNIÃO BRASIL, MDB E PP ADMINISTRAM 89 DOS 100 MAIORES MUNICÍPIOS DO BRASIL; PT, SOMENTE DOIS



AS RAPOSAS E O GALINHEIRO

SAIBA QUAIS PREFEITURAS DIVIDEM AS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE COM OUTRAS ÁREAS

10	5	15
Meio Ambiente + Agricultura	Meio Ambiente + Mineração	Meio Ambiente + Turismo
AM • Coari e Japurá MT • Apiacás • Brasnorte • Comodoro • Juara • Juína • Marcelândia MS • Porto Murtinho	MT • Peixoto de Azevedo PA • Aveiro • Itaituba • Oriximiná • São Félix do Xingu	RR • Alto Alegre • Caracaraí • Iracema AM • Juruá, • Tapauá • Itamarati • Santo Antônio do Içá PA • Cumaru do Norte • Jacareacanga • Senador José Porfírio BA • São Desidério MT • Cocalinho • Colniza • Paranatinga AP • Laranjal do Jari



Fortalecimento da Defesa Civil contra desastres climáticos ainda é insuficiente nas prefeituras dos Gigantes. (Governo do Acre)

MUNICÍPIOS NÃO ESTÃO PREPARADOS PARA LIDAR COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os municípios brasileiros estão preparados para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas? Esse é — ou deveria ser — um dos temas centrais no debate político-eleitoral em 2024. Afinal, uma parcela considerável dos 155 milhões de brasileiros que irão às urnas no dia 6 de outubro já vivem os efeitos do colapso ambiental. Seja pela fumaça tóxica das queimadas que se espalha de norte a sul do país, seja pela lembrança recente da mobilização nacional em torno das inundações no Rio Grande do Sul.

Essa preocupação tem passado longe das propostas apresentadas pelos políticos que buscam a reeleição em 2024. Entre os 52 prefeitos dos Gigantes que tentam um novo mandato, apenas 12 prometem ações específicas de prevenção, mitigação, preparação ou resposta a eventos climáticos extremos. Essas ações, detalhadas nos planos de governo submetidos ao TSE, vão desde o fortalecimento da Defesa Civil para atuação em desastres naturais até a elaboração de planos municipais de resiliência às mudanças climáticas. No caso de Óbidos (PA), o prefeito Jaime Silva (MDB) cita a criação de um programa para preparar mulheres do campo

para liderarem esforços de adaptação e mitigação.¹⁸ Na maioria dos casos, porém, há pouco detalhamento.

No início de maio, poucos dias após o início dos temporais na região Sul, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) publicou uma pesquisa avaliando o preparo dos municípios para lidar com desastres ambientais. Segundo o documento, 68,1% dos gestores entrevistados disseram não estar preparados para enfrentar o aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos. Em 43,7% dos municípios não há um setor ou profissionais responsáveis por monitorar as áreas sob riscos de desastre; em 57,2% não há um sistema de alerta móvel.¹⁹

A pesquisa foi encaminhada para todas as 5.568 prefeituras, porém apenas 3.590 responderam. A região Norte apresentou o menor índice de participação, com 43,6%. Entre os municípios do Amazonas, duramente impactados pelas últimas secas no Rio Negro, apenas 16,1% deram retorno. No Amapá, só duas prefeituras participaram.

Em uma escala diferente, essa dificuldade foi a mesma encontrada por nossa equipe de pesquisa. Para elaborar o relatório “Os Gigantes”, De Olho nos Ruralistas procurou as secretarias municipais responsáveis pela gestão ambiental nos cem municípios listados, buscando mais informações sobre as políticas desenvolvidas e os resultados obtidos ao

longo dos últimos quatro anos. Apenas oito responderam: Paragominas (PA), São Félix do Xingu (PA), Presidente Figueiredo (AM), Codajás (AM), Querência (MT), Cocalinho (MT), Cumaru do Norte (PA) e Formoso do Araguaia (TO). As demais não deram retorno.



Interesses da mineração e do garimpo dividem espaço nas secretarias de Meio Ambiente em cinco municípios. (Nacho Doce/Agência Brasil)

I. AMBIENTE DE FACHADA

MEIO AMBIENTE PARA QUEM?

Os municípios de Corumbá (MS) e Cáceres (MT) são vizinhos. Os dois integram a bacia hidrográfica do Rio Paraguai, cujas cheias anuais dão forma aos campos úmidos que caracterizam o Pantanal, um dos biomas mais ameaçados pelas secas e queimadas dos últimos anos, intensificadas em até 40% pelo efeito das mudanças climáticas.²⁰ Eles ocupam, respectivamente, a 11ª e 44ª posições entre os maiores municípios do país.

Em 2020, grandes incêndios destruíram cerca de 26% da área total do bioma. Os dados preliminares deste ano apontam que 2024

pode ser pior: até junho, os focos de incêndio haviam crescido 8% em relação ao primeiro semestre de 2020.²¹ Em julho, o Rio Paraguai atingiu seu nível mais baixo em 51 anos.²²

A crise afeta diretamente as prefeituras de Corumbá e Cáceres que, desde o início do ano, vêm articulando apoio federal e dos respectivos governos estaduais para conter as chamas. Os municípios compartilham uma sina comum: são capitais da pecuária, donos do 2º e do 6º maior rebanho bovino do país. Os dois lideram o ranking dos municípios que mais perderam superfície de água em 2023 em relação à média da série histórica: foram 261.313 hectares de cobertura líquida virando lama e terra seca em Corumbá, e ou-

tros 164.335 mil em Cáceres, conforme estudo divulgado pelo MapBiomas.²³

Eles também figuram entre os 30 maiores emissores de gases do efeito estufa (GEE), de acordo com dados de 2022 do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), desenvolvido pelo Observatório do Clima. Em ambos os casos, o principal agente causador é a atividade agropecuária, seja na conversão de vegetação nativa em pasto ou na liberação de gás metano pelos rebanhos.²⁴

Apesar das semelhanças, há um fator que as separa: diferente da vizinha mato-grossense, Corumbá possui um órgão de governo específico responsável pela gestão ambiental. Atrelada à Secretaria de Governo, a Fundação de Meio Ambiente do Pantanal funciona como uma autarquia, um caso raro entre os municípios que compõem os Gigantes.

Segundo levantamento do De Olho nos Ruralistas, apenas 48 dos cem maiores municípios brasileiros possuem secretarias ou órgãos próprios para a gestão ambiental. Nos outros 52 casos, as atribuições de fiscalização, licenciamento, controle e monitoramento ficam a cargo de secretarias mistas. Dessas, 30 integram meio ambiente com o fomento ao agronegócio, mineração e turismo — justamente os setores que dependem da expedição de licenças ambientais para realizar atividades poluentes ou potencialmente danosas aos ecossistemas.

É comum que as prefeituras juntem o turismo à secretaria de Meio Ambiente sob a justificativa de incentivar circuitos rurais, ecológicos e de atividades ao ar livre, como trilhas, cachoeiras e gastronomia “da roça”. No entanto, são diversas as ações do MPF e dos Ministérios Públicos estaduais questionando empreendimentos turísticos que violam leis ambientais — um dos principais fatores para a separação entre as duas pastas.

No caso do agronegócio, o conflito de interesses é latente. Além dos dez municípios em que a gestão ambiental é comandada pela pasta de agricultura ou de desenvolvimento agrário, em outros três — Guajará-Mirim (RO), Colniza (MT) e Rorainópolis (RR) — os secretários de Agricultura acumularam os dois cargos, cuidando também da secretaria de Meio Ambiente.

O Mato Grosso se destaca nesse conflito de interesses: dos 20 municípios que integram a lista dos Gigantes, somente seis têm secretarias totalmente dedicadas ao meio ambiente. São elas: Aripuanã, Poconé, Vila Bela da Santíssima Trindade, Rondolândia, Nova Ubiratã e São Félix do Araguaia.





Exploração garimpeira ocorre em toda a extensão do Rio Peixoto, no Mato Grosso. (Ministério Público)

DE MÃOS DADAS COM O GARIMPO

Peixoto de Azevedo (MT) é o terceiro município com maior extensão de área de mineração do Brasil. São 128,39 km² destinados à atividade, segundo dados da plataforma MapBiomas. A título de comparação: em seu auge, nos anos 1980, o garimpo de Serra Pelada, o maior do mundo, abrangia uma área de 50 km² — 2,5 vezes menos que a área explorada no município mato-grossense. O 82º município na lista dos cem maiores fica atrás apenas de Itaituba e Jacareacanga, ambos no Pará, com 714,97 km² e 193,70 km².²⁵

Com tamanha relevância, a mineração tem espaço de destaque na administração pública de Peixoto de Azevedo: Meio Ambiente, Mineração e Turismo compõem a mesma secretaria, atualmente sob gestão da engenheira ambiental Anni Karini Reina. Em 2023, a secretária trocou alianças com o garimpeiro Maicon Aquino, dirigente da Coopera-

tiva dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto (Coogavepe). Em imagens de redes sociais, o casal posa em registros em festas e viagens. No peito, Aquino ostenta uma pepita de ouro pendurada em um cordão dourado.²⁶

A Coogavepe possui 7 mil cooperados e responde por 4% da produção nacional de ouro, segundo estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).²⁷ Maior operadora de garimpos legalizados do Brasil, ela atua em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (Sema-MT) para a regularização ambiental dos empreendimentos. Principal fonte de água de Peixoto de Azevedo, o Rio Peixoto é constantemente vítima de contaminação oriunda do garimpo. Em 2021, uma operação do Ministério Público de Mato Grosso constatou a presença de garimpeiros ilegais na região.²⁸

No mesmo ano, Peixoto de Azevedo voltou a fazer parte da lista de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento na Amazônia,

mantida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). O retorno se deu três anos após o município Gigante ter saído da lista, fruto de uma diminuição consistente nos índices de desmatamento.²⁹

Eleito em 2016 com um plano de governo sem propostas concretas para o ambiente, o atual prefeito Maurício Ferreira de Souza (PSD) encerra seu segundo mandato contrariando uma tendência observada em outros municípios mato-grossenses: a de queda nos índices de desmatamento ilegal, acompanhada do aumento do número de cortes autorizados pela Sema-MT.³⁰ Em 2022, um estudo da secretaria apontou que 94% do desmatamento realizado ocorreu sem licença: a maior taxa de ilegalidade do estado.³¹

A lista de doadores da campanha de reeleição de Maurício, em 2020, expõe sua conexão com a mineração e o agronegócio. Um deles é o líder garimpeiro Felipe Mesquita Santa, da Coogavepe, que contribuiu com R\$ 20 mil para o candidato. Acima dele aparece o sojicultor Carlos Gonçalves Muniz, que doou R\$ 40 mil.³² Além da extração de minérios, o município dedica 46 mil hectares à monocultura de soja.³³

Em 2024, Maurício apoia a candidatura do fazendeiro Calebe Borges (PSD).



Orgulho garimpeiro: marido de secretária de Meio Ambiente ostenta pepita de ouro no peito. (Reprodução/Instagram)



Fernando Gorgen (dir.) ao lado do deputado federal José Medeiros e do estadual Gilberto Cattani (com a estampa Agro "Facista"). (Reprodução/Instagram)

SOB LATIFUNDIÁRIOS, MUNICÍPIOS RETORNAM À LISTA DE DESMATADORES

Estabelecida a partir do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), a lista de municípios prioritários teve a primeira versão publicada em 2008. Desde então, tornou-se um dos principais instrumentos de política pública por trás da redução drástica do desmatamento no bioma. Em 2012, durante o governo Dilma Rousseff (PT), o corte de vegetação atingiu sua mínima histórica, com 4,6 mil km² de perda florestal anual. A taxa manteve-se em um patamar próximo até 2016, ano do impeachment, quando os índices voltaram a disparar.³⁴

Durante o governo de Jair Bolsonaro, o programa foi paralisado. Uma das poucas atualizações realizadas no período foi a revisão da lista prioritária, publicada em 2021, com 52 municípios.³⁵ Entre eles, 29 deles pertencem aos Gigantes. Oito novos municípios

foram incluídos pela primeira vez, enquanto outros cinco regressaram ao programa. Além de Peixoto de Azevedo, citado acima, dois Gigantes foram devolvidos à condição de prioritários: Querência e Marcelândia, ambos no Mato Grosso e ambos com secretarias de Meio Ambiente unificadas com Agricultura.

Marcelândia, 97º na lista dos cem maiores municípios do país, deixou a lista do PPCDAm em 2013. A conquista foi fruto de uma bem-sucedida política de controle estabelecida por Adalberto Diamante (PR), prefeito entre 2005 e 2012. Na administração seguinte, de Arnóbio Vieira de Andrade (PSD), as ações regrediram, levando Marcelândia de volta à relação dos maiores desmatadores da Amazônia, formalizada em portaria de 2018. Sob Arnóbio, a perda florestal anual saltou de 12 km², quando assumiu, para 112 km² em 2020 — posicionando o município entre os vinte maiores desmatadores da Amazônia naquele ano.³⁶

Ele foi sucedido por outro pecuarista, Celso Padovani (União), que concorreu sozinho ao cargo nas eleições de 2020. Na ocasião, ele

declarava um patrimônio de R\$ 10,5 milhões, que incluía fazendas, veículos e 1.694 cabeças de gado. Em 2024, ele novamente concorre sozinho. Seu patrimônio aumentou para R\$ 16,1 milhões.³⁷

O político é sócio da Celso Padovani & Cia Ltda, razão social da Pronorte Colonização, uma das principais imobiliárias agrícolas do Mato Grosso. A empresa é ré em uma ação civil pública movida em 2021 pela Força-Tarefa em Defesa da Amazônia (Amazônia Protege). A ação visa a recuperação de 6.117 hectares, desmatados sem autorização no imóvel Projeto Santa Rita, em Marcelândia. A autuação ocorreu em 2007, por fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Segundo o processo, a empresa reincidiu na prática outras duas vezes, entre 2016 e 2018.³⁸

A Força-Tarefa solicita a recuperação imediata da área e pede o pagamento de uma multa de R\$ 42,3 milhões. A Pronorte, por sua vez, diz que o corte de vegetação foi realizado por arrendatários e compradores dos imóveis do Projeto Santa Rita, e que não é responsável pelo dano ambiental. O processo corre na 1ª Vara Federal Cível e Criminal de Sinop (MT).³⁹

Outro dos Gigantes que voltou para a lista de municípios prioritários do MMA, Querência se alterna entre o domínio de dois fazendeiros. O atual prefeito, Fernando Gorgen (União) está em seu quarto mandato: ele comandou o executivo entre 2005 e 2012 e, após um hiato de quatro anos, voltou em 2016; foi reconduzido em 2020, quando declarou ao TSE uma fortuna avaliada em R\$ 17,3 milhões. Junto dos irmãos, Gorgen comanda um império agropecuário, encabeçado pelas empresas Chapada Água Azul e Javaés.⁴⁰

Um dos integrantes originais da lista de municípios prioritários do MMA, Querência foi reclassificado em 2011, durante a primeira passagem de Gorgen na prefeitura. Nesse período, ele alcançou uma média de 20 km² desmatados ao ano, tirando o município do inglório "top 20" de maiores desmatadores da Amazônia. Seu sucessor, Gilmar Reinoldo Wentz (MDB), manteve a mesma toada, reduzindo a média para 17 km² ao ano — o equivalente a dez Parques do Ibirapuera, em São Paulo.⁴¹



Celso Padovani visita fazenda de soja em Marcelândia. (Reprodução/Instagram)

Quando Gorgen regressou, em 2016, as taxas passaram a subir, chegando ao pico de 69 km² em 2018. No ano passado, o município perdeu 37 km² de floresta. Embora Querência continue distante dos "líderes", o aumento lhe valeu o retorno ao PPCDAm.

Foi nesse período que Gorgen e sua família tornaram-se alvo da Operação Polygonum, deflagrada em 2018 pelo Ministério Público do Mato Grosso e pela Delegacia de Meio Ambiente. O prefeito, sua ex-esposa Roseli Zang e os sobrinhos Tiago Gorgen, Fernanda Gorgen Cunha e Franciele Gorgen Jacob foram autuados por desmatar uma área de 5.447 hectares.⁴²

O caso ganhou repercussão pela suspeita de envolvimento de um superintendente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (Sema-MT), que teria fraudado as autorizações de desmatamento expedidas em nome dos Gorgen.⁴³ O processo foi extinto em 2023 após a família assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), onde se comprometeu a reverter o dano ambiental e a pagar uma multa de R\$ 1,36 milhão, quitada em março daquele ano.⁴⁴

Nas eleições de 2024, Fernando Gorgen apoia outro representante do agronegócio, Jean do Coutinho (União). Se eleito, ele será o quarto fazendeiro a comandar Querência, o 61º maior do Brasil. Coutinho disputa contra o ex-prefeito Gilmar Wentz e contra a ex-primeira-dama Roseli Zang.



Exemplo de política ambiental bem-sucedida, Paragominas investe em monitoramento e na restauração via sistemas agroflorestais. (Sebrae)

APENAS 12 PREFEITOS CITAM ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA COMO META

Em abril de 2024, a ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, lançou o programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia. Pensado como um complemento ao PPCDAm (relançado no ano passado), o novo programa prevê investimentos de R\$ 730 milhões em ações de regularização fundiária e ambiental e assistência técnica, visando a ousada meta de zerar o desmatamento na Amazônia até 2030.⁴⁵

O ato de lançamento em Brasília marcou a divulgação da nova relação de municípios prioritários, que substitui a anterior, de 2021. Agora, são 70 prefeituras listadas, responsáveis por 78,1% do desmatamento na Amazônia entre 2021 e 2022. Dessas, 38 estão na lista dos Gigantes.

Os prefeitos e secretários de Meio Ambiente foram convidados a firmar um convênio com o governo federal para acessar os recursos. Até o momento da publicação deste relatório, 53 municípios haviam aderido ao programa. Entre os 17 que não assinaram dentro do prazo inicial, oito integram os Gigantes. Destes, seis possuem secretarias de Meio Am-

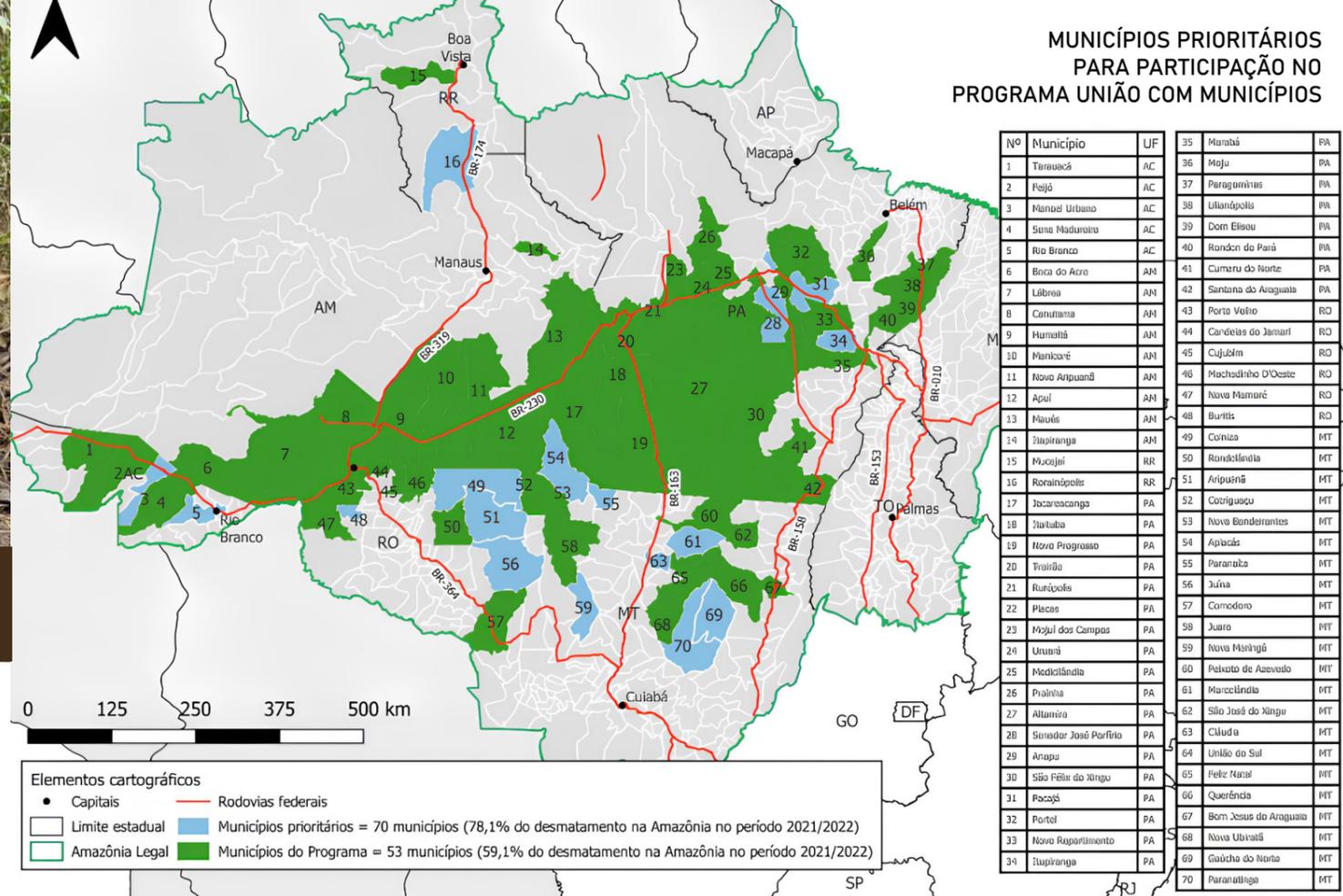
biente subalternas às pastas de Agricultura e Turismo. São eles: Senador José Porfírio (PA) e os mato-grossenses Apiacás, Colniza, Juína, Marcelândia e Paranatinga.

Essa nova lista ampliada com 70 nomes traz uma ausência marcante: Paragominas (PA), 57º maior município do Brasil. Um dos líderes em desmatamento na Amazônia na década de 2000, ele conseguiu reverter o caminho rumo ao colapso, deixando o PPCDAm em 2010.

A secretária do Verde e do Meio Ambiente de Paragominas, Amanda Alves Purger, está entre os oito gestores que responderam ao observatório e nos relatou a experiência do município em conter a perda florestal. Ela avalia que o controle é resultado da adesão popular à política de desmatamento zero proposta em 2009.

“Não foram só os produtores rurais que aderiram, mas todas as instituições do município. É um município extremamente preparado, mas também foi o primeiro município que teve o Cadastro Ambiental Rural (CAR), lá entre 2008 em 2009, então tem uma uma maturidade”.

*Amanda Alves Purger,
da Secretaria do Verde e do
Meio Ambiente de Paragominas*



Paragominas é o município com maior número de registros de CAR do estado do Pará. Segundo a gestora, com as propriedades rurais identificadas, a fiscalização é mais efetiva, uma vez que o cruzamento das imagens de satélite com dados dos cadastros permite identificar os focos de desmatamento e calor com maior agilidade. Em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o município investe em projetos de restauração junto a agricultores familiares, utilizando sistemas agroflorestais.⁴⁶

Candidato à reeleição, o prefeito Doutor Lucídio (União) é um dos poucos candidatos, entre os Gigantes, a citar ações específicas relativas à prevenção, mitigação e preparação para eventos climáticos extremos. Em seu plano de governo, ele promete desenvolver estratégias de adaptação para reduzir a vulnerabilidade do município aos efeitos das mudanças climáticas, além de fortalecer a infraestrutura urbana para lidar com inundações e incêndio.⁴⁷

De acordo com o levantamento realizado por este observatório, apenas 12 entre os 52 prefeitos que disputam a reeleição nos cem maiores municípios mencionam a resposta às mudanças climáticas entre as metas de governo.



Prefeitura de Tefé mantém lixões a céu aberto. (Tefé News)



Laranjal do Jari, na fronteira com a Guiana Francesa, é um dos municípios monitorados por ameaça climática. (Governo do Amapá)

MINISTÉRIO PÚBLICO COBRA ADEQUAÇÕES

A dificuldade em obter dados relativos às políticas ambientais nos cem maiores municípios não se restringe à ausência de retorno das secretarias de Meio Ambiente. Os dados disponibilizados nos portais municipais de Transparência são limitados: em apenas 61 foi possível obter informações sobre a execução fiscal destinada a programas ambientais.

Frente à dificuldade em obter dados confiáveis sobre o monitoramento das políticas ambientais e de prevenção a desastres climáticos nos Gigantes, De Olho nos Ruralistas recorreu às secretarias estaduais e ao poder Judiciário dos onze estados cujos municípios figuram entre os cem maiores do Brasil.

No caso do Amazonas, o Ministério Público de Contas (MPC-AM) é categórico: nenhum município está preparado para lidar com os impactos da crise climática. O diagnóstico consta em uma representação contra a prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, protocolada em fevereiro de 2024, visando apurar a existência de omissão em estruturar a Defesa Civil.⁴⁸ O órgão conduz, desde 2016, um trabalho de avaliação das ações das prefeituras no preparo para enfrentar eventos extremos como estiagens e enchentes.

Segundo o procurador de contas Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, à frente do traba-

lho nos municípios, São Gabriel da Cachoeira passa longe de ser um caso isolado. “Diante dessa evidência, nós pusemos uma série de representações contra todos os prefeitos dos municípios amazonenses, para que eles fortaleçam a cultura de prevenção de desastres e estudem um projeto de lei para adaptação”, explica.

Durante o trabalho, o MPC-AM observou indicativos como desmatamento, queimadas, poluição de rios e igarapés e a destinação de recursos para a Defesa Civil. A manutenção de lixões a céu aberto aparece na lista de problemas identificados, presente em pelo menos nove municípios que integram a lista dos Gigantes. Em Tefé, o Ministério Público do Amazonas instaurou um inquérito civil, em 2022, para investigar o dano ambiental causado pelo lixão, que teria contaminado um igarapé. O conjunto de indicativos permitiu ao MPC observar o trabalho das prefeituras sobre temas ambientais, constatando a deficiência, insuficiência ou inexistência de serviços públicos fundamentais nesse sentido.⁴⁹

“Eu devo reconhecer que os cofres desses municípios são modestos”, ressalta Alencar. “Eles não têm maior fôlego financeiro comparativamente à maioria dos municípios brasileiros e têm os piores índices de desenvolvimento humano. Feita essa ressalva, não há uma percepção de prioridade jurídica e ecológica com relação a essas políticas públicas”.

“Nenhum município possui plano de contingência completo e atendendo todos os requisitos legais, principalmente com estratégia de prevenção e precaução, buscando a redução do risco de impactos negativos de possíveis desastres por ações integradas com os demais setores da prefeitura. Quando muito, há apenas planos de contingência (...) voltado a preparação para reagir de véspera ao desastre de consumação certa. Não há a cultura de se precaver. Ignoram-se riscos e a possibilidade concreta de evitar as consequências negativas mediante política de prevenção e gestão de riscos. É intolerável que permaneça assim.”

Processo nº 10731/2023: Representação contra a prefeitura de São Gabriel da Cachoeira

O trabalho do MPC identificou a ausência de estrutura para Defesa Civil e outros serviços essenciais para a contenção de danos. “Não tem corpo de bombeiros militar na maioria dos municípios, não tem batalhão”, alerta o procurador. “Se tiver fogo na zona urbana não tem como apagar, muito menos na floresta”.

A situação é semelhante à encontrada no Amapá e no Acre, conforme apurado junto às Secretarias de Estado de Meio Ambiente (Sema). Segundo a secretária amapaense, Taísa Mendonça, todos os municípios contam com unidades da Defesa Civil, mas ainda não estão preparados para os eventos extremos. “Até o momento, a Defesa Civil da capital é a única preparada para lidar com desastres naturais”, afirma o ofício. De acordo com levantamento da Sema-AP, os municípios de Laranjal do Jari, Oiapoque e Calçoene — três dos quatro representantes amapaenses nos Gigantes — apresentam maior risco de sofrer com eventos climáticos extremos.

No caso do Acre, como a maior parte dos municípios fica às margens de rios, tanto a população urbana quanto a rural estão suscetíveis aos impactos da mudança no curso dessas águas. “De forma generalizada, todos municípios do Estado do Acre têm a possibilidade de sofrer com efeitos de uma enchente ou estiagem”, informa a secretária Renata Silva e Souza.

Em Feijó (AC), a cheia histórica do Rio Envira, em 2021, resultou em uma ação do Ministério Público do Acre recomendando a instalação

de uma unidade da Defesa Civil — então inexistente — e a criação de um plano de contingência para lidar com as enchentes. Segundo o órgão, o planejamento foi executado pela prefeitura, por meio do mapeamento e retirada das famílias que residiam em locais de risco. Três anos depois, Feijó esteve entre os municípios menos impactados pelas enchentes que devastaram o estado em fevereiro deste ano.⁵⁰

Na Bahia, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) afirma atuar em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente para a implementação de um mapa de vulnerabilidade às mudanças climáticas no estado. O órgão não informou se monitora o nível de preparo das prefeituras para lidar com essas ameaças. O mesmo ocorre em relação aos contatos realizados junto às secretarias de Mato Grosso e Rondônia.



Fazendeiros e sindicatos rurais dominam prefeituras dos Gigantes. (Arquivo/CNA)

II. AS AGRO-PREFEITURAS

DESMATAMENTO AVANÇA COM RURALISTAS MILIONÁRIOS

Os cem maiores municípios do Brasil possuem um impacto planetário. Estão no epicentro das mudanças climáticas — ora sofrendo seus impactos, ora contribuindo para seu avanço. No capítulo anterior, analisamos o papel das políticas públicas na área ambiental: da falta de transparência e de ações de prevenção contra desastres naturais a exemplos de prefeituras que conseguiram controlar o desmatamento.

Vimos ainda que os partidos de direita, encabeçados por União Brasil e MDB, comandam 89 dos Gigantes, em uma área somada superior ao território da Argentina. Mas quem são os prefeitos à frente desses municípios? Quais setores econômicos eles representam? E no que isso interfere em relação às políticas ambientais?

De Olho nos Ruralistas analisou as prestações de contas eleitorais dos políticos com mandato vigente entre 2021 e 2024 e constatou que 55 prefeitos e vices possuem imóveis rurais ou empresas agropecuárias. Entre eles, há um grupo ainda mais seletivo: o dos que possuem patrimônio superior a R\$ 1 milhão.

Os milionários do agronegócio estão em 34 prefeituras, distribuídas em sete estados. O líder é o Mato Grosso, onde 15 municípios têm prefeitos e vices ligados ao setor agropecuário — entre os 20 presentes na lista dos Gigantes. O Pará aparece na sequência, com nove. Os quatro municípios do Mato Grosso do Sul listados entre os cem maiores do país são governados por fazendeiros. Em Altamira (PA), Brasnorte (MT) e Eirunepé (AM), tanto o prefeito como o vice possuem patrimônio rural e são milionários.

Entre os quinze municípios que mais desmataram no Brasil entre janeiro de 2021 e julho de 2024 (período com dados disponíveis para o último mandato municipal), sete são geridos por milionários do agronegócio. Eles representam 44,1% da área total desmatada nos cem Gigantes. Essa área soma 22.142,15 km² — 38,4% da perda florestal brasileira no período, uma área equivalente à do território de El Salvador. Os dados são do sistema Map-Biomas Alerta.⁵¹

Essa cifra lança um ponto de dúvida sobre um estudo divulgado em fevereiro pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A pesquisa aponta que municípios da Amazônia Legal cujos prefeitos vieram do agronegócio não desmatam mais que aqueles que não possuem gestores ligados ao setor.⁵² A análise dos Gigantes mostra que os municípios governados por ruralistas milionários tiveram desmatamento acima da média correspondente à sua área. Esse grupo, formado por 29 municípios, responde por 26,5% da área somada dos Gigantes, considerando apenas aqueles que pertencem à Amazônia Legal. Eles tiveram, juntos, uma perda florestal de 9.768,76 km² — 50,1% do total. Cabe destacar que os Gigantes representam 48,1% de todo o desmatamento registrado na Amazônia Legal entre janeiro de 2021 e julho de 2024.

Os números acima da média se conectam ao histórico de irregularidades ambientais de alguns políticos. Candidato à reeleição em Comodoro (MT), o vice-prefeito Josemar Rodrigues encabeça a lista de milionários. Em 2020, ele declarou um patrimônio de R\$ 32,6 milhões, que incluía a participação de 50% em duas fazendas no município e 2,8 mil cabeças de gado. As posses rurais correspondiam a 69% de sua fortuna.⁵³

O vice-prefeito assinou em 2010 um Termo de Ajustamento de Conduta para restaurar a área, vendida a um casal de agricultores no decurso do processo.⁵⁴ Ele foi réu em um processo movido pelo Ministério Público do Mato Grosso (MPMT) para a recuperação de uma área degradada no entorno do Córrego da Cascalheira, que corta a Chácara Novo Tempo, batizada com o mesmo nome de um

supermercado mantido por Josemar. O vice-prefeito assinou em 2010 um Termo de Ajustamento de Conduta para restaurar a área.⁵⁴

Josemar Novo Tempo, como é conhecido, concorre novamente em 2024 na chapa do prefeito Rogério Vilela (União). Seu patrimônio caiu para R\$ 2,9 milhões — onze vezes menos que na última eleição. Sumiram da relação de bens os bois e a Fazenda Amada. A Novo Tempo, palco da infração ambiental, aparece como “benfeitorias realizadas em 2020” por R\$ 1,4 milhão — contra R\$ 7,5 milhões declarados antes no imóvel.⁵⁵



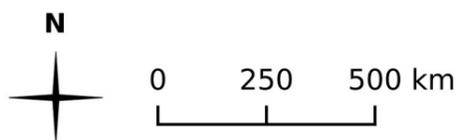
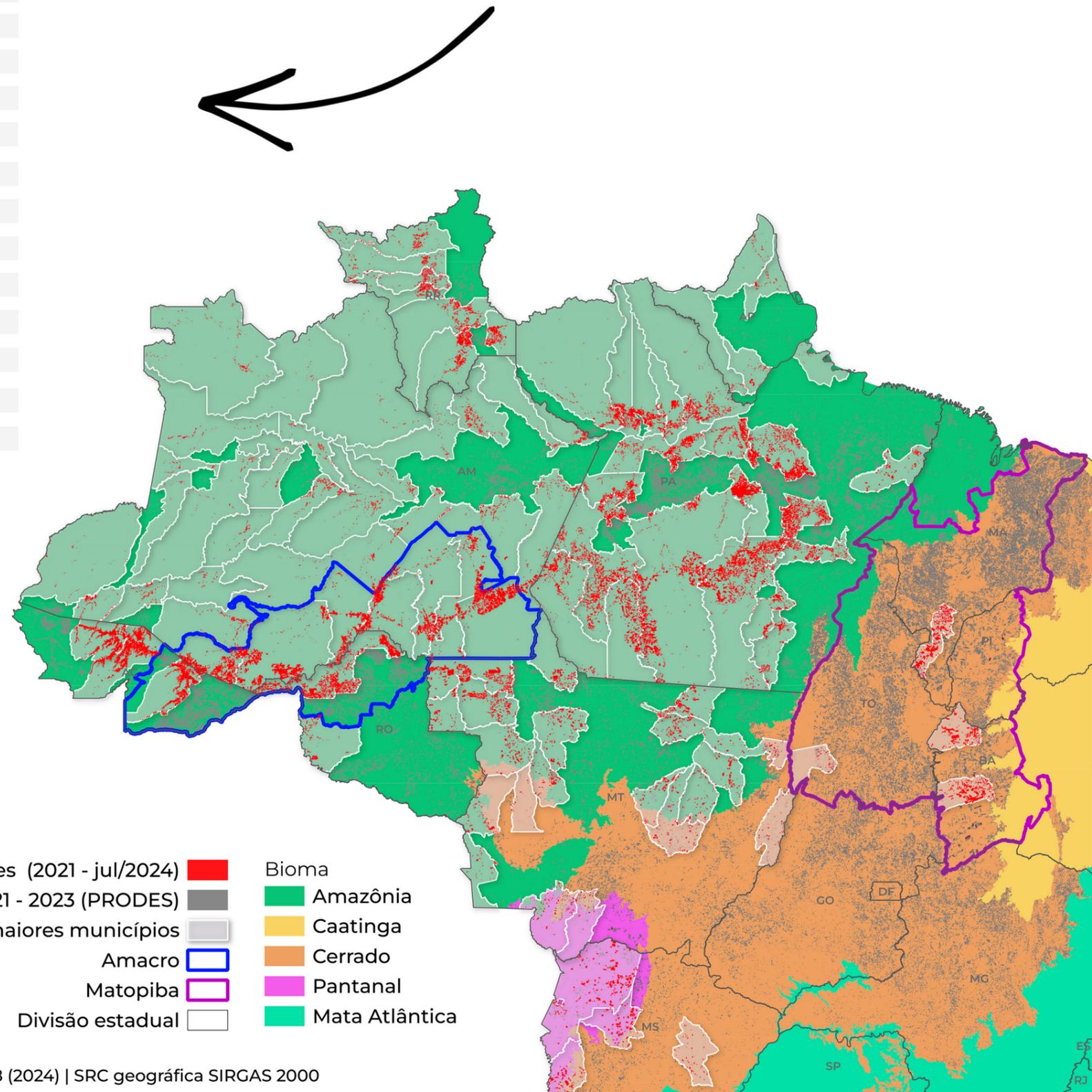
CONHEÇA OS LÍDERES DE SUPRESSÃO VEGETAL ENTRE 2021 E 2024

ALTAMIRA (PA)	1.549,07 km ²
LÁBREA (AM)	1.326,13 km ²
APUÍ (AM)	1.226,66 km ²
PORTO VELHO (RO)	1.204,95 km ²
SÃO FÉLIX DO XINGU (PA)	1.193,77 km ²
SÃO DESIDÉRIO (BA)	1.000,95 km ²
BALSAS (MA)	913,71 km ²
COLNIZA (MT)	735,78 km ²
ITAITUBA (PA)	705,44 km ²
FORMOSA DO RIO PRETO (BA)	693,65 km ²
NOVO PROGRESSO (PA)	676,40 km ²
PORTEL (PA)	640,12 km ²
NOVO ARIPUANÁ (AM)	622,52 km ²
CORUMBÁ (MS)	539,15 km ²
MANICORÉ (AM)	461,35 km ²



FERIDA ABERTA

CEM MAIORES MUNICÍPIOS CONCENTRAM 38,4% DOS ALERTAS DE DESMATAMENTO





Prefeito de Rondolândia foi condenado por improbidade ao não fiscalizar obra na Terra Indígena Zoró. (Funai)

DA PECUÁRIA À SOJA

De Olho nos Ruralistas identificou processos judiciais e autuações ambientais de outros 14 políticos, além do prefeito de Comodoro. No capítulo anterior falamos de dois deles, ambos em Mato Grosso: Fernando Gorgen, prefeito de Querência e dono da segunda maior fortuna entre os Gigantes, com R\$ 17,3 milhões; e Celso Padovani, de Marcelândia, sócio da Pronorte Colonização e sétimo colocado na relação de milionários do agronegócio. Os dois são filiados ao União Brasil.

O estado aparece em outros casos. Em Rondolândia, o prefeito José Guedes de Souza (MDB) foi condenado por improbidade administrativa por não recolher a contribuição previdenciária relativa à mão-de-obra usada na construção de uma ponte de madeira dentro da Terra Indígena (TI) Zoró. A empresa contratada, a R.C.M. Engenharia, subcontratou seis homens sem vínculo empregatício, violando a lei de licitações. A construtora também derrubou árvores dentro da TI sem declarar o fato na prestação de contas. O caso ocorreu em 2008, durante a primeira passagem de Guedes na prefeitura.⁵⁶

Em 2021, ele foi sentenciado ao pagamento de multa no valor de R\$ 365 mil, sendo R\$ 101 mil relativos ao ressarcimento de danos ao erário. Na última movimentação disponível do processo, de fevereiro de 2024, a defesa do prefeito alega que ele só foi notificado da ação no ano passado e pede a nulidade do processo por “falta de esgotamento dos meios de localização do réu”.

Candidato à reeleição, José Guedes é pecuarista e possui um patrimônio de R\$ 8,5 milhões, que inclui 650 cabeças de gado e a Fazenda Rio Madeira, de 3,5 mil hectares.⁵⁷ Seu município, Rondolândia, possui a maior média de bois por habitante entre os Gigantes: são 336 mil reses para uma população de 3,5 mil pessoas, 96 vezes mais gado que gente.

Seguindo a trilha da pecuária, temos o Dr. Odenilson José da Silva, atual vice-prefeito de Cáceres, no Pantanal mato-grossense. Dono de um patrimônio de R\$ 2,6 milhões que inclui o Sítio Olhos do Pantanal I e II, ele foi alvo de infração movida pelo Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso (Indea) após ser pego transportando bovinos sem a Guia de Trânsito Animal (GTA).⁵⁸ Odenilson tentou recorrer, mas teve o pedido negado pelo órgão, que julgou os argumentos apre-

sentados “insuficientes para descaracterizar o Auto de Infração”.⁵⁹

Candidata à reeleição, a titular na prefeitura, Eliene Liberato (PSB), escolheu outro vice para a disputa de 2024. Em carta aberta publicada na mídia local, Odenilson justificou que a opção se deu “por motivos de acomodação política do partido do governador, União Brasil”.⁶⁰

No caso da soja, as histórias se repetem. Em Sapezal, o vice-prefeito Cláudio José Scariote (Republicanos) é o indicado para suceder o prefeito atual, Valcir Casagrande (União), após dois mandatos. Em 2020, ele declarou um patrimônio de R\$ 7,9 milhões — a 12ª maior fortuna entre os dirigentes dos cem maiores municípios. Ele é um dos 42 políticos com imóveis sobrepostos a terras indígenas mapeados pelo De Olho nos Ruralistas no relatório “Os Invasores”. Segundo dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), sua fazenda Lobo Solitário avança em 2 hectares da TI Paresi, em Tangará da Serra (MT), homologada em outubro de 1991.⁶¹

Ex-presidente do Sindicato Rural de Sapezal, Scariote foi denunciado pelo Ministério Público de Mato Grosso pelo desmatamento de 2.316 hectares na Fazenda Rio Novo, dentro da Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá. Em 2021, ele assinou um TAC se comprometendo a restaurar a área e pagar uma multa de R\$ 400 mil.⁶²

Com 3.811,57 km², o município possui a quarta maior área de soja entre os Gigantes, quase empatado com os mato-grossenses Querência e Nova Ubiratã. Em primeiro lugar, aparece Formosa do Rio Preto, no oeste da Bahia.



Candidato em 2024, Cláudio Scariote foi um dos personagens do relatório Os Invasores. (Sapezal Online)

Obras de ponte entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, no Paraguai, serão entregues em 2025. (Governo MS)





Nelson Cintra (esq.) recebe homenagem em fórum sobre Corredor Bioceânico Capricórnio. (Divulgação)



Odilon Ribeiro visita escola indígena em Aquidauana. (Reprodução/Instagram)

PREFEITOS DO PANTANAL ESTÃO LIGADOS À JBS

Entre as infrações ambientais analisadas para a produção deste relatório, algumas se destacam por terem ocorrido durante a administração dos prefeitos dos Gigantes. É o caso do tucano Odilon Ribeiro, em seu segundo mandato em Aquidauana (MS). Ele e o irmão Zelito Alves Ribeiro são alvo de um inquérito civil oferecido pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul (MPMS) para apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 21,32 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Iguaçu, no mesmo município.

Segundo os dados de satélite apresentados pelo Núcleo de Geotecnologias do MPMS, o desmate aconteceu entre abril e maio de 2021. O processo encontra-se em tramitação na Justiça do estado.⁶³

A fazenda onde ocorreu a supressão ilegal integra o patrimônio milionário de Odilon. O pecuarista é dono da terceira maior fortuna entre os prefeitos dos cem maiores municípios: dos R\$ 16,6 milhões declarados em 2020, R\$ 14,1 correspondem a um lote de 9.770 cabeças de gado, em condomínio com o irmão.⁶⁴

Em 2017, Zelito Ribeiro foi mencionado na delação premiada de Wesley e Joesley Batista, donos do frigorífico JBS, como um dos políticos que teriam recebido propina por meio de simulações de venda de gado. Segundo o inquérito decorrente da Operação Vostok, as notas frias emitidas por Zelito para a JBS totalizavam R\$ 1,76 milhão. Na época, ele era coordenador regional do governo do tucano Reinaldo Azambuja, tido como o chefe do esquema de repasse de propinas. A quebra do sigilo bancário de Zelito mostrou transferências realizadas para o irmão Odilon no mesmo dia dos pagamentos feitos pela JBS.⁶⁵

Outro ex-secretário de Azambuja denunciado à época pela Operação Vostok foi Nelson Cintra (PSDB), então à frente da pasta de turismo. Ele teria emitido notas frias de venda

DE OLHO NOS RURALISTAS

de gado no valor de R\$ 296,6 mil.⁶⁶ Em 2020, o pecuarista se elegeu prefeito de Porto Murtinho (MS) pela terceira vez, após ter administrado o município entre 2005 e 2012. Seu patrimônio era de R\$ 1,3 milhão e incluía a empresa NL Agronegócios Ltda. Agora, em busca da reeleição, Cintra declarou um capital maior: R\$ 1,6 milhão, sem imóveis rurais.⁶⁷

Nos anos 1990, o tucano comprou 34 mil hectares de terras no Paraguai. A informação saiu no jornal The New York Times, em 2012, em reportagem sobre desmatamento no Chaco, um dos biomas mais ameaçados da América do Sul, junto à Amazônia, Cerrado e Pantanal. As fazendas de Cintra ficavam no distrito de Carmelo Peralta, na fronteira com Porto Murtinho. O município possui uma área de transição entre o Chaco e o Pantanal e foi tema da série de reportagens De Olho no Paraguai, publicado pelo observatório em 2018.⁶⁸

A conexão com o país vizinho fez de Nelson Cintra um dos principais embaixadores brasileiros do Corredor Bioceânico de Capricórnio. Trata-se de uma rota rodoviária que co-



Prefeito de Juína, Paulo Veronese, reunido com líderes Cinta Larga. (Cleber Batista/ JNMT)

POLÍTICOS VERSUS INDÍGENAS

Altamira, no Pará, não é apenas o maior município brasileiro: é a maior jurisdição local do planeta. Com 159.533,31 km², sua área é equivalente a Bangladesh. Se fosse um país, seria o 92º maior do mundo — maior que Grécia, Portugal ou Panamá. Ali vivem 126 mil pessoas — 6 mil delas indígenas.⁷⁰

Entre os Gigantes, Altamira é campeão em desmatamento. Entre janeiro de 2021 e julho de 2024, o maior município do país perdeu 1.549,07 km² de florestas — o tamanho do município de São Paulo. O período vai do primeiro mês de mandato dos prefeitos eleitos em 2020 até o último com dados disponíveis na plataforma MapBiomas Alerta. O território devastado equivale a quase 1% da área total de Altamira. Esse desmatamento atinge,

principalmente, as terras indígenas, com destaque para a TI Ituna/Itatá, uma das mais invadidas do Brasil.⁷²

O prefeito de Altamira, Claudomiro Gomes (PP), possui um longo histórico de conflito com povos originários e ribeirinhos na região da Volta Grande, distrito de Belo Monte — o mesmo da usina. Em junho de 2005, o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará expediu a Resolução Coema nº 30, que criou uma área especial para pesca esportiva chamada Sítio Pesqueiro Turístico Estadual Volta Grande do Xingu, com superfície total de 278,64 km². O principal beneficiário da resolução foi Claudomiro: ele é dono de uma pousada dedicada à pesca esportiva, a Pousada Rio Xingu, localizada no centro da área demarcada. O governador à época era Simão Jatene (PSDB), um velho aliado de Claudomiro, que o ajudou a se eleger prefeito de Altamira pela primeira vez, nos anos 1990.⁷³

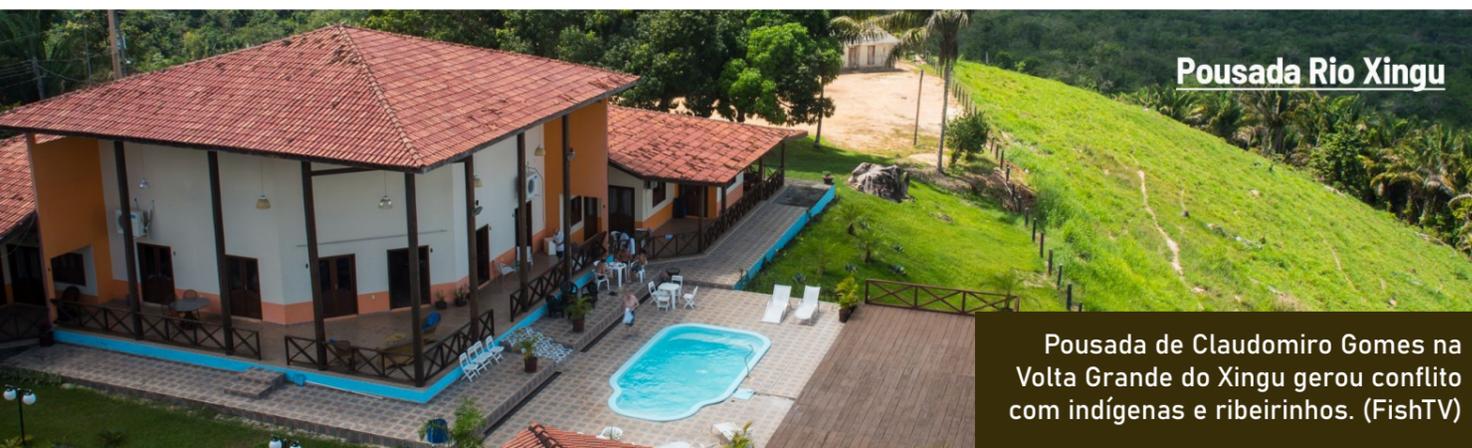
Na prática, a área foi privatizada. Desde 2007, corre na Justiça uma ação de nulidade movida pelo Ministério Público do Pará pedindo a suspensão da resolução que criou o parque pesqueiro. Nos vários testemunhos transcritos nas mais de 2 mil páginas do processo, indígenas e ribeirinhos relatam que o governo estadual empregou a Polícia Militar para impedir que eles pescassem na região, afetando a soberania alimentar e impactando a renda das comunidades. Alguns relatos indicam que policiais queimaram os barcos de ribeirinhos que insistiram em manter a pesca artesanal.⁷⁴

Uma das testemunhas garante que o prefeito tomava parte direta nas ameaças:

“ (...) o declarante informa que o Claudomiro, certa vez conversando com ele, o proibiu de caçar e pescar no citado sítio pesqueiro; que Claudomiro também proibiu o Sr. Manoel Juruna, os índios do Rio Bacajá; que o declarante informa que certa vez foi avisado para não chegar a utilizar a área do sítio pesqueiro, senão eles (policiais) o pegariam; que o Claudomiro pretendia colocar guaritas no Rio Xingu para impedir de pescadores entrarem na área do sítio pesqueiro, e também impedir os índios de pescarem; que o declarante já chegou a ver os policiais na estrada, devidamente armados e fardados, para apreender materiais de pesca; que Manoel Juruna certa vez foi expulso de um local de pescaria por funcionários do Claudomiro; que Manoel Juruna é índio da tribo Juruna e também sobrevive da caça e pesca de subsistência.”

Depoente da Ação Civil Pública nº 0031024-35.2011.4.01.3900

Pousada Rio Xingu



Pousada de Claudomiro Gomes na Volta Grande do Xingu gerou conflito com indígenas e ribeirinhos. (FishTV)

A pousada de Claudomiro continua em operação, recebendo turistas do Brasil e do mundo. Em 2019, o político renovou uma parceria com a FishTV, maior canal de pesca do país, para receber gravações de programas da emissora.⁷⁵ Sob a razão social C. G. da Silva Empreendimentos Turísticos, a empresa aparece na declaração de bens do prefeito em 2020, totalizada em R\$ 1 milhão. O valor declarado pela pousada de luxo? Apenas R\$ 20 mil, mesma quantia submetida ao TSE em 2024, na campanha de reeleição.⁷⁶

O processo contra Claudomiro tramita na 9ª Vara Federal Ambiental e Agrária do Pará. A última movimentação data de fevereiro, quando a Procuradoria-Geral do estado cobrou a ausência de representantes do governo do Pará em uma audiência de conciliação realizada em agosto de 2023.

Ainda no Pará, seguindo no sentido leste pela Rodovia Transamazônica, chegamos a Marabá, onde o prefeito Tião Miranda (PSD) governa desde 2017. Nas últimas eleições, em 2020, ele declarou um patrimônio de R\$ 3 milhões, incluindo um imóvel rural. Sua conexão com os conflitos no campo passa pelo irmão Félix Miranda, sócio na Luz Mineração Ltda.

A empresa aparece em um relatório da WWF Brasil entre os 138 agentes com requerimentos de pesquisa minerária em terras indígenas, afetando uma área de 7.834,03 hectares. O território não é descrito.⁷⁷ Na Agência Nacional de Mineração (ANM), a Luz possui três pedidos em aberto: dois em Curionópolis e um em Paragominas, para minério de ferro, fosfato e diamantes.⁷⁸

Em Juína (MT), a ligação também se dá a partir de um familiar. O pai do prefeito Paulo Veronese (União) protagonizou um conflito histórico com o povo Cinta Larga da TI Serra Morena, com tentativas de expulsão e acusações mútuas. Ex-prefeito de Juína, Liceu Alberto Veronese era dono da Madeiras Verdam, que explorava o território indígena antes de sua demarcação, em 1990.⁷⁹

Um informe jurídico da Comissão Pró-Índio de São Paulo, do ano anterior, conta que o conflito teve início em 1986, quando os Cinta



Prefeito pró-garimpo, Simão Peixoto promove e participa de lutas de MMA. (Divulgação)

Larga reagiram a uma tentativa de Liceu de retirar madeira de um trecho de sua fazenda sobreposto ao território indígena. O fazendeiro ingressou com uma ação de reintegração de posse, mas teve o pedido julgado improcedente pela Justiça Federal em Mato Grosso.⁸⁰ Uma das madeiras de Liceu que operava na região se chamava Serraria Cinta Larga.

Seu filho Paulo Veronese continuou atuando no setor. Antes de se eleger prefeito, em 2020, ele presidiu o Sindicato das Indústrias Madeiras e Moveleiras do Noroeste de Mato Grosso (Simno) e integrou a diretoria do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado (Cipem).⁸¹

O órgão era dirigido na época por Rafael Mason, sócio na SM Laminados Importação e Exportação. A empresa de comércio exterior é uma subsidiária da SM Laminados, grupo fundado por Siderlei Luiz Mason, um dos principais empresários do setor madeireiro de Mato Grosso. Outro braço do grupo, a SM Agroflorestal possui uma sobreposição de 5,56 hectares na TI Aripuanã, em Juína, também pertencente ao povo Cinta Larga. O caso foi detalhado em abril de 2023 no relatório “Os Invasores”.⁸²

Os conflitos entre prefeitos e indígenas nem sempre são diretos. Em Borba (AM), o prefeito Simão Peixoto (MDB) é um apoiador do garimpo no Rio Madeira. Em novembro de 2021, após a Operação Uira queimar 165 balsas ilegais, o político montou uma estrutura para abrigar os garimpeiros que fugiram da Polícia Federal e anunciou que tinha consegui-

do suspender a operação. “Quero dizer que a partir de hoje a operação foi cancelada”, afirmou. “Conseguí falar com a assessoria do ministro da Justiça. Estou indo amanhã para Brasília”.⁸³

O ministro em questão era o bolsonarista Anderson Torres, que depois seria exonerado da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal por facilitar a ação dos golpistas do 8 de Janeiro. Na época, as imagens de longos cordões de balsas subindo o Rio Madeira causaram indignação internacional e levantaram preocupação quanto ao povo Mura, vítima direta da contaminação dos rios da região pela lavra garimpeira.⁸⁴

Pró-garimpo e lutador de MMA nas horas vagas, Simão Peixoto é também fazendeiro. Em 2018, ele desmatou uma área de 52,58 hectares de floresta nativa dentro do Projeto de Assentamento Agroextrativista Trocanã, em Borba. O prefeito confessou o crime durante audiência conciliatória realizada em setembro de 2022 e aceitou recuperar a área degradada. Pagou uma multa de R\$ 26 mil.⁸⁵

Peixoto foi eleito para um segundo mandato em 2020, quando declarou patrimônio de R\$ 2,2 milhões. Nesse pleito, ele tenta emplacar a sucessão com seu vice, Zé Pedro Graça (PSD). Em 2020,⁸⁶

Ipucas são um ecossistema úmido próprio da região do Araguaia. (Governo TO)



SINDICATOS RURAIS USAM PREFEITOS PARA ALTERAR ZONEAMENTO

“O zoneamento da forma proposta irá acabar com nosso município”. O alerta, em tom alarmante, foi dado por Marcio Conceição Nunes de Aguiar, o Baco, prefeito de Cocalinho (MT), em vídeo publicado em 2022 no Facebook. “Trazendo transtornos tanto na área da agricultura, da pecuária, nossos calcários, de forma que Cocalinho será devastada”, anunciava o chefe do Executivo, candidato à reeleição pelo União Brasil.⁸⁷

Baco convocava a população para unir forças com os fazendeiros e questionar o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Mato Grosso (ZSEE-MT), apresentado em 2020 pelo governo estadual. O documento, desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Gestão de Mato Grosso (Seplog), divide o estado em zonas, estabelecendo os melhores usos para cada uma, de acordo com características socioambientais.⁸⁸ O ZSEE é um instrumento técnico e político de planejamento previsto na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981), que estabelece diretrizes de ordenamento e gestão do território,

considerando suas características ambientais e dinâmica socioeconômica.

Entre as normas propostas no ZSEE-MT está a restrição para o cultivo de lavouras tecnificadas, como a soja, na região do Vale do Araguaia, onde Cocalinho está inserida. O município aparece em 73º lugar entre os cem maiores do Brasil e se insere entre os vinte principais produtores do grão na lista. Na vizinha São Félix do Araguaia, a soja ocupa 2,5 mil km², colocando-a em nono lugar entre os Gigantes sojicultores. No que depender das prefeituras, a monocultura deve ganhar mais espaço nesses municípios, contrariando as regras propostas pelo zoneamento.

Em 2021, a prefeitura de São Félix do Araguaia encaminhou ao governo estadual um ofício pedindo a revisão do ZSEE-MT e solicitando a liberação de áreas para agroindústria, silvicultura, agricultura e pecuária tecnificadas. “A proposta de Zoneamento apresentada pelo Governo do Estado penalizará de maneira brutal a Região do Vale do Araguaia”, diz o ofício. “Condenando-a ao fracasso, empobrecimento, desemprego e subdesenvolvimento, na medida em que impede a prática da agropecuária tecnológica”.⁸⁹

De acordo com o Caderno de Estudo Ambiental, que compõe o ZSEE-MT, o documento deve estabelecer limitações à ocupação das chamadas áreas úmidas do Vale do Araguaia, visando a preservação das ipucas — pequenas ilhas que conservam fragmentos de floresta, com espécies amazônicas e da Mata Atlântica. Nesses espaços, ficam permitidas atividades de turismo, pesca e pecuária extensiva.⁹⁰

O ofício contestando as regras estabelecidas pelo ZSEE-MT, assinado pela prefeita Janailza Taveira Leite (União), conta com dois pareceres técnicos, ambos encomendados pelo Sindicato Rural de São Félix do Araguaia. Um dos estudos foi elaborado pelo engenheiro agrônomo Xico Graziano, ex-deputado pelo PSDB e um dos principais ideólogos do ruralismo contemporâneo, conhecido por sua postura radical contra os movimentos de luta pela terra.⁹¹

Em 2023, o ZSEE-MT passou por uma alteração na equipe responsável pela revisão técnica e elaboração da proposta de adequação. “O Governo do Estado contratou a Universidade Federal de Viçosa (UFV), reconhecida por sua competência técnica e científica, para elaborar as revisões científicas necessárias nesse projeto estratégico”, informou a Seplog, em resposta ao De Olho nos Ruralistas. De acordo com a secretaria, a elaboração do novo documento está em desenvolvimento, com previsão de conclusão para o fim do segundo semestre.



Prefeita de São Félix do Araguaia e presidente do Sindicato Rural tentam intervir em zoneamento ecológico estadual. (Reprodução)

“Todas as contribuições recebidas durante a consulta pública estão sendo cuidadosamente avaliadas pela Universidade Federal de Viçosa, responsável pela coordenação técnica da revisão do projeto”, informou a Seplog, quando questionada sobre a influência das prefeituras na elaboração do documento.

Os prefeitos de Cocalinho e São Félix do Araguaia não são grandes proprietários de terras. Candidato à reeleição, Baco declarou 257 cabeças de gado.⁹² Dra. Janailza, como é conhecida, possui terrenos urbanos e um rancho em Mato Grosso e uma fazenda pequena no Rio Grande do Norte.⁹³ A relação de ambos com o setor se dá por meio dos sindicatos rurais.

Em Cocalinho, Baco aprovou uma lei autorizando o município a repassar R\$ 390 mil para o sindicato local organizar um rodeio.⁹⁴ Em São Félix do Araguaia, a prefeita possui relação próxima com a presidente Daniela Caetano de Brito, que participa com ela de diversas agendas oficiais: de reuniões no Palácio do Governo a audiências públicas na Câmara dos Deputados.⁹⁵

MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGA PREFEITURAS POR APOIAREM GARIMPO ILEGAL

Itaituba e Jacareacanga, no Pará, lideram a lista dos Gigantes com maior área dedicada à mineração. São, respectivamente, 714,97 km² e 193,70 km², de acordo com dados de 2022 extraídos da plataforma MapBiomas. Somadas, as lavras minerárias nos dois municípios são do tamanho da capital Belém.⁹⁶

Vizinhos ao longo da Rodovia Transamazônica, eles dividiram a mesma administração até 1991, quando Jacareacanga, até então um distrito da comarca de Itaituba, foi emancipado. Trinta anos depois, compartilham o mesmo modus operandi na relação do poder público com o garimpo.

Prefeito reeleito de Itaituba, Valmir Climaco (MDB) contou com o apoio de Valdinei Mauro de Souza, o Nei Garimpeiro, para a campanha de 2020. Bilionário do garimpo e do agronegócio, Nei doou R\$ 200 mil para o político.⁹⁷ Como resposta ao agrado, o setor recebeu atenção especial na administração de Climaco. Em entrevista à revista Veja, em junho de 2024, o prefeito celebrou a concessão de 400 licenças de exploração mineral em sua gestão.⁹⁸



Prefeito de Itaituba, Valmir Climaco, fala ao lado do secretário de Meio Ambiente e Mineração, Bruno Rolim. (Jota Parente)



Prefeito de Itaituba ergueu um monumento em homenagem ao garimpo, na orla do Rio Tapajós. (Foto: Facebook)

O feito foi realizado com o aval do governo do Pará que, em 2015, se tornou o único estado da Amazônia Legal a outorgar aos municípios o poder de conceder licenças minerárias para lavras de até 500 hectares. Em 2023, o Instituto Socioambiental (ISA) e o WWF Brasil apontaram em nota técnica os prejuízos ambientais decorrentes da concessão estadual. Entre os argumentos apresentados no estudo está a incapacidade dos municípios de avaliar os impactos ambientais resultantes da exploração mineral.⁹⁹

Em 2022, um laudo do Instituto das Águas da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) constatou que plumas de sedimentos dos garimpos de Jacareacanga e Itaituba chegaram até Santarém, na foz do Rio Tapajós, escurecendo as águas de Alter do Chão, um dos principais pontos turísticos do estado, conhecido como “Caribe Amazônico”. Os detritos percorreram mais de 700 quilômetros em relação ao ponto de origem.¹⁰⁰

Em 2022, o Ministério Público Federal instaurou inquérito civil para apurar irregularidades na concessão de licenças ambientais para atividades minerárias cometidas pelas secretarias de Meio Ambiente de Itaituba e Jacareacanga. A ação em andamento tenta identificar se as prefeituras permitem que empresas e cooperativas de garimpeiros explorem ouro em áreas protegidas.¹⁰¹

Lembremos que nenhum dos municípios possui secretaria específica para a área ambiental: no caso de Jacareacanga, o orçamento é compartilhado com Turismo; em Itaituba, existe uma Secretaria de Meio Ambiente e Mineração. O secretário Bruno Rolim da Silva já deu entrevistas se dizendo favorável à legalização do garimpo.¹⁰² Em fevereiro de 2022, ele acompanhou Climaco em audiência no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Participaram da reunião o coronel Homero de Gorge Cerqueira, ex-presidente da ICMBio, hoje lobista do garimpo, e o presidente da Cooperativa dos Garimpeiros Mineradores e Produtores de Ouro do Tapajós (Coopouro), Antônio Araújo.¹⁰³

A Área de Preservação Ambiental (APA) do Tapajós é uma das unidades de conservação impactadas pela atividade. Com 2 milhões de hectares, a unidade tem seu território dividido entre os dois Gigantes líderes em garimpo: 85% estão no município de Itaituba e 14% em Jacareacanga, além de uma pequena parcela em Trairão, também no Pará.

Entre 2022 e 2023, a APA do Tapajós foi a área protegida mais desmatada da Amazônia Legal, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).¹⁰⁴ É também a unidade de conservação mais invadida por garimpeiros na região: dados do MapBiomas, de 2022, mostram que 51,6 mil hectares estavam submetidos à exploração minerária.¹⁰⁵ A área lidera o ranking de pistas de pouso dentro unidades de conservação: são 156, a maior parte não registrada na Agência Nacional de Aviação (Anac). Muitas pistas ficam próximas dos garimpos.¹⁰⁶

Em Itaituba, elas despontam em plena Rodovia Transamazônica. No ranking nacional de pistas de pouso, o município aparece em primeiro lugar, com 255 pistas. Jacareacanga está na quarta posição, com 53. A maior parte dessas estruturas não tem registro na Anac — ou seja, são pistas clandestinas.¹⁰⁷

Na corrida eleitoral de 2020, o então candidato à prefeitura de Jacareacanga, Valdo do Posto (MDB), utilizou os serviços de Armando Palla Junior, que cedeu uma aeronave com piloto para a campanha do candidato. Sócio da Mineração Palla, hoje baixada, Armando deu entrevista para a edição de setembro de 2002 da Revista Trip, em reportagem sobre os pilotos de garimpo, onde compartilhou detalhes da rotina nessa atividade. Sua esposa, Railena Dias Paes, também contribuiu com a campanha de Valdo, cedendo duas aeronaves com piloto.¹⁰⁸



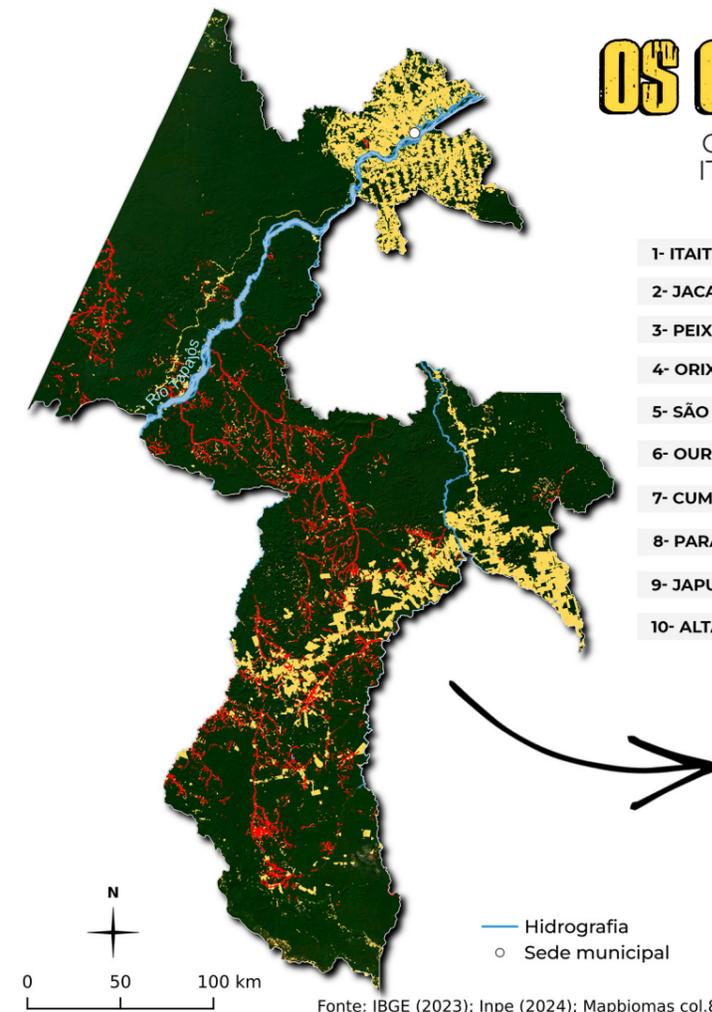
Em 2022, águas de Alter do Chão, em Santarém, ficaram escuras devido à contaminação por garimpo. (Erik Jennings)

De Olho nos Ruralistas encaminhou às prefeituras de Itaituba e Jacareacanga solicitação, via Lei de Acesso à Informação (LAI), para acessar os valores e a aplicação dos royalties pagos pela mineração nos municípios. Até a data de publicação do relatório, não houve resposta.

OS GIGANTES E A MINERAÇÃO

COMANDADA POR PREFEITO PRÓ-GARIMPO, ITAITUBA POSSUI MAIOR ÁREA DA AMAZÔNIA

1- ITAITUBA (PA)	714,97 km ²
2- JACAREACANGA (PA)	193,70 km ²
3- PEIXOTO DE AZEVEDO (MT)	128,39 km ²
4- ORIXIMINÁ (PA)	113,78 km ²
5- SÃO FÉLIX DO XINGU (PA)	105,57 km ²
6- OURILÂNDIA DO NORTE (PA)	96,81 km ²
7- CUMARU DO NORTE (PA)	82,97 km ²
8- PARAGOMINAS (PA)	71,30 km ²
9- JAPURÁ (AM)	54,92 km ²
10- ALTAMIRA (PA)	53,39 km ²



Fonte: IBGE (2023); Inpe (2024); Mapbiomas col.8 (2024); Basemap ESRI | SRC: Geográficas SIRGAS 2000



Projeto Cerrado aumentará em 20% produção de celulose da Suzano. (Divulgação)

PETISTA APOIA MEGAPROJETO DE CELULOSE DA SUZANO

Sindicatos rurais e cooperativas de garimpeiros não são os únicos grupos a influenciarem a política nos cem maiores municípios brasileiros. O investimento de grandes empresas também impacta diretamente na agenda ambiental dos Gigantes.

Até 2021, Ribas do Rio Pardo (MS) era uma cidade pacata de 23 mil habitantes, localizada a 100 km da capital Campo Grande. Tudo mudou quando, em maio daquele ano, o Conselho de Administração da Suzano, a maior produtora de celulose do mundo, anunciou que construiria uma fábrica na região. Não era qualquer fábrica: o Projeto Cerrado, como foi batizado, irá produzir 2,55 milhões de toneladas de celulose de eucalipto por ano — volume superior ao de qualquer outra planta em operação no planeta. Com investimento total de R\$ 19,3 bilhões, a nova unidade aumenta em 20% a capacidade de produção da Suzano e consolida o Mato Grosso do Sul como líder nacional no setor florestal.¹⁰⁹

O nome atribuído ao projeto é uma escolha curiosa, uma vez que quase não existe mais Cerrado em Ribas do Rio Pardo. Segundo dados do MapBiomas, 79% da área do município é tomada pela produção agropecuária. São 10 mil km² de pastos e quase 2 mil km² de florestas plantadas — a 2ª maior área do país, atrás apenas de Três Lagoas. As duas ci-

dades integram o Vale da Celulose, como ficou conhecida a região leste do Mato Grosso do Sul, na divisa com São Paulo.¹¹⁰

O prefeito de Ribas é o petista João Alfredo Danieze, único representante da centro-esquerda entre os 79 municípios do estado. Ele migrou para o partido de Lula em outubro de 2023, após quase uma década no Psol, pelo qual disputou as eleições para governador em 2018. Entre os Gigantes, apenas ele e o prefeito de São Gabriel da Cachoeira (AM) pertencem ao PT.

Sua gestão é marcada, de um lado, pelo incentivo à agricultura familiar, com a construção de casas e entrega de títulos em assentamentos da reforma agrária — desde o ano passado, em parceria com o governo federal.¹¹¹ De outro, João Alfredo é um apoiador contumaz do agronegócio local.

A posição estava expressa em seu plano de governo: uma das primeiras promessas listadas no documento submetido ao TSE em 2020 era o de “fomentar ainda mais o plantio de eucalipto/pinus, soja, bem como estimular a produção de carvão vegetal, concedendo os incentivos fiscais necessários e agilizar licenças ambientais em caso de irrigação (pivô), além de viabilizar e acelerar o início da construção da usina de papel e celulose”.¹¹²



Ao lado do vice, João Alfredo (dir.) visita obras da fábrica da Suzano em Ribas do Rio Pardo. (Divulgação)

A promessa foi cumprida. As obras do Projeto Cerrado começaram e terminaram durante a administração de João Alfredo. A operação teve início em julho, ainda de forma reduzida. Quando estiver em sua capacidade máxima, o complexo deve gerar 3 mil empregos diretos. O surto de crescimento é uma das preocupações da prefeitura, que vem fechando parcerias com a própria Suzano para reduzir o déficit habitacional, além de direcionar investimentos para saúde, educação, transporte e lazer.¹¹³ Em julho, prefeitura e empresa firmaram um convênio com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) para a criação de um curso tecnológico em silvicultura em Ribas do Rio Pardo.¹¹⁴

Paralelamente, a gigante da celulose anunciou em março de 2023 o lançamento de um

programa de Apoio à Gestão Pública (AGP). Sob o pretexto de preparar o município para crescer de forma sustentável após a inauguração da fábrica, o programa prevê a interferência direta da Suzano no poder público. O primeiro eixo do AGP trata da “modernização da gestão pública nos aspectos fiscal e orçamentário” e inclui o apoio à prefeitura para “estruturação de seus quadros e ferramentas para comportar o expressivo aumento de receita resultante da implantação da nova fábrica de celulose”. O segundo diz respeito à participação da empresa no ordenamento territorial do município através do “apoio à gestão na promoção e indução do desenvolvimento territorial (...) incluindo questões como habitação, ocupação do solo, transporte público, entre outras”. A iniciativa foi saudada pelo prefeito.¹¹⁵

se hídrico e as contaminações por agrotóxicos causadas pelo avanço descontrolado da monocultura de eucalipto na região.¹¹⁸

A reação foi imediata. Líderes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) instauraram na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar quem financiava as “invasões”. O objetivo era aprovar um projeto de lei que criminaliza a ocupação e retomada de terras, equiparando-as a atos terroristas.

Dominada por deputados ruralistas, a CPI do MST teve, entre seus depoentes, o vice-presidente executivo da Suzano, Luís Renato Bueno, convocado a fornecer detalhes sobre os conflitos no sul da Bahia.¹¹⁹ A gigante da celulose é conselheira do Instituto Brasileiro de Árvores (Ibá), uma das associações que financiam o Instituto Pensar Agro (IPA), o braço logístico da FPA, responsável por escrever os projetos de lei e posicionamentos defendidos pela frente ruralista, conforme detalhado por este observatório no dossiê “Os Financiadores da Boiada”.¹²⁰

A CPI do MST durou 130 dias e terminou sem votar um relatório final, graças a uma manobra do governo federal. Depois da derrota, líderes da FPA fundaram uma nova frente chamada Invasão Zero, para continuar pressionando pela criminalização das ocupações.¹²¹

O grupo tem como vice-presidente o deputado Ricardo Salles (Novo-SP), ministro do Meio Ambiente de Jair Bolsonaro e relator da comissão. Em 2018, quando era secretário estadual de Meio Ambiente, ele foi alvo de uma ação civil pública do Ministério Público de São Paulo que o acusava de tentar fraudar o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Várzea do Rio Tietê com o objetivo de favorecer uma série de indústrias — entre elas, a Suzano. O político foi absolvido em 2021.¹²²

A relação com a empresa vem desde 2014, quando Salles participava junto de David e Daniel Feffer em fóruns da chamada “nova direita brasileira”, movimento que pressionou pelo impeachment de Dilma Rousseff e que, anos mais tarde, daria origem ao bolsonarismo.¹²³

“É um presente que a cidade está recebendo da Suzano, a partir do qual vamos construir de forma colaborativa um novo plano diretor, um novo código de postura, um novo código tributário municipal, entre outros instrumentos de gestão pública”.

João Alfredo Danieze, prefeito de Ribas do Rio Pardo

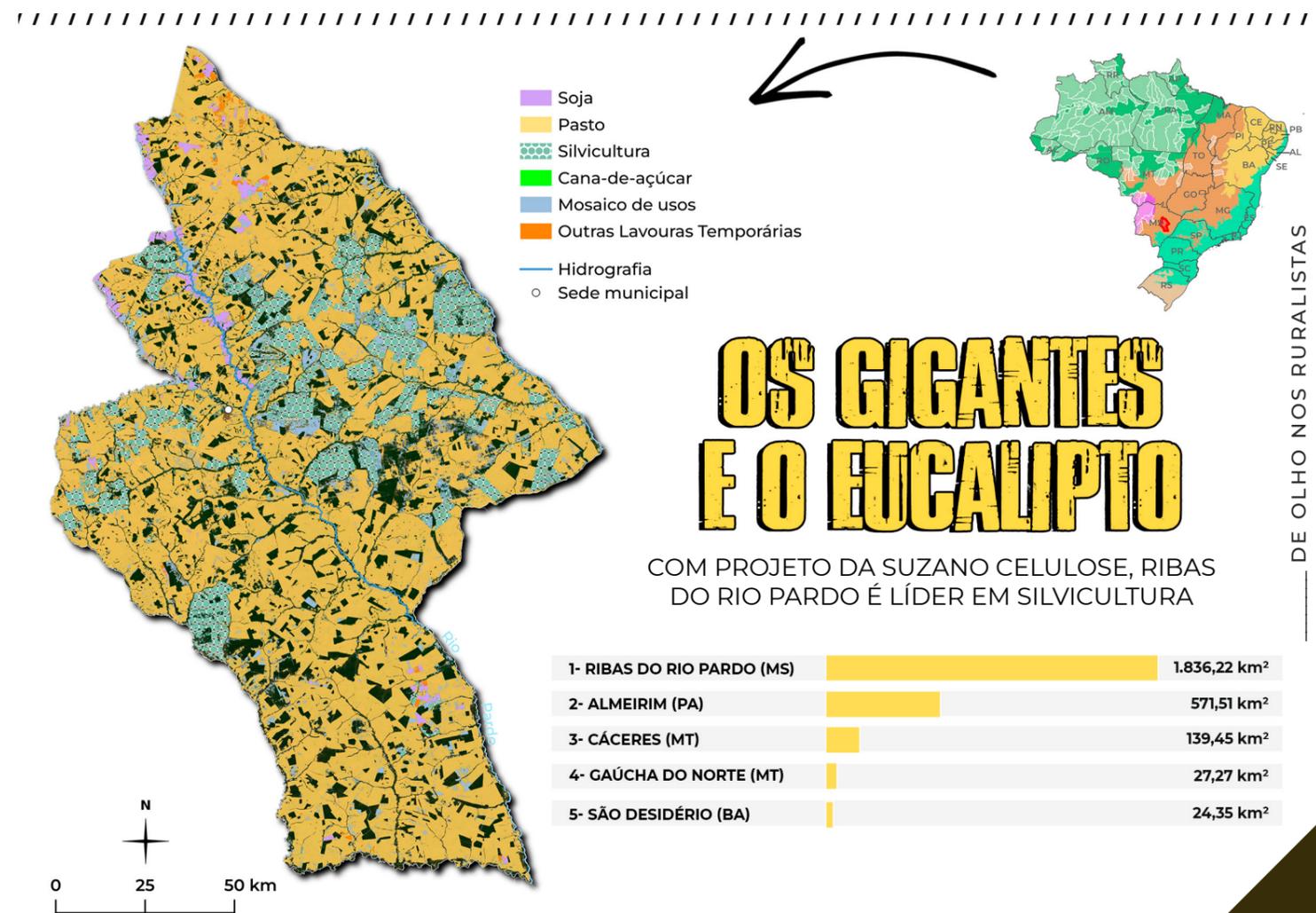
Em 2020, quando se elegeu pelo Psol, João Alfredo declarou 460 cabeças de gado e duas fazendas — uma delas, de 500 hectares, arrendada para plantio de eucalipto. Seu patrimônio na época era de R\$ 7,2 milhões, colocando-o na 13ª posição entre os prefeitos mais ricos dos Gigantes. Agora, disputando a reeleição pelo PT, o advogado elevou seus bens para R\$ 8,2 milhões.¹¹⁶

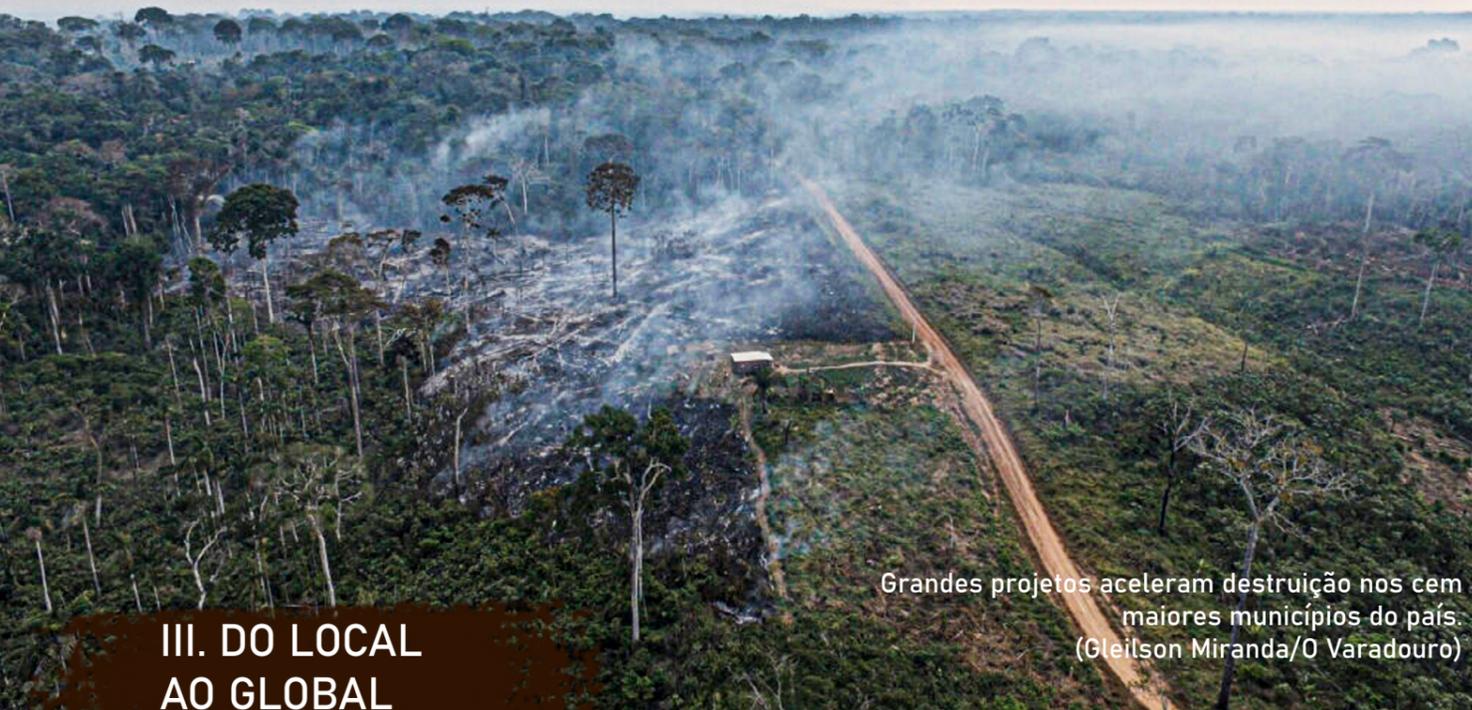
As parcerias com a Suzano não são citadas no novo plano de governo, que dedica um capítulo inteiro ao fortalecimento da agricultura familiar e inclui metas sobre prevenção a queimadas e às mudanças climáticas.

Controlada pela família Feffer, a empresa

possui um longo histórico de irregularidades ambientais e trabalhistas. Segundo documentos submetidos à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, onde possui capital aberto, a Suzano responde a 262 processos civis e ambientais e 2.449 ações trabalhistas. O jornal alemão Deutsche Welle apurou ainda que a gigante da celulose está envolvida em pelo 40 conflitos socioambientais — em sua maioria, no Cerrado.¹¹⁷

Do outro lado desses conflitos estão comunidades quilombolas, indígenas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em fevereiro de 2023, 1,5 mil integrantes do movimento ocuparam três áreas da Suzano no sul da Bahia. A ação denunciava o estres-





Grandes projetos aceleram destruição nos cem maiores municípios do país. (Gleilson Miranda/O Varadouro)

III. DO LOCAL AO GLOBAL

FALSAS SOLUÇÕES, GRANDES NEGÓCIOS

A corrida eleitoral nos cem maiores municípios brasileiros não é um assunto meramente local. Em meio às acomodações político-partidárias e o lobby de empresários e fazendeiros, existem interesses que ultrapassam as fronteiras nacionais e conectam os Gigantes aos principais centros do capitalismo global.

Essa conexão ocorre de duas maneiras. De um lado, esses municípios possuem um papel central nos empreendimentos logísticos ligados à cadeia agroexportadora. Para que o gado e a soja cheguem à Europa, China e Estados Unidos é preciso construir. Estradas, ferrovias e hidrovias são a diferença entre a nova e a velha fronteira agropecuária.

De outro, os Gigantes são o laboratório perfeito para o setor financeiro testar meios de lucrar com a preservação das florestas, das águas e do solo — que já é feita há décadas, de forma espontânea, por comunidades rurais. Afinal de contas, os operadores da

“economia verde” precisam de grandes extensões de terra para capturar carbono da atmosfera e vender créditos de compensação para os grandes poluidores do planeta. Muitas vezes, com o incentivo do poder público e de autoridades locais.

De Olho nos Ruralistas identificou a existência de 76 projetos de créditos de carbono distribuídos em 37 dos cem municípios que compõem a lista dos Gigantes. O levantamento foi realizado a partir de dados da plataforma Verra, que opera o Verified Carbon Standard (VCS), principal programa de certificação nessa área.¹²⁴

Boa parte das iniciativas opera na modalidade REDD (sigla em inglês para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), que implica na remuneração de proprietários rurais ou de comunidades tradicionais que mantêm suas florestas em pé, evitando as emissões de gases de efeito estufa. Cada tonelada de dióxido de carbono (CO²) sequestrada da atmosfera gera um crédito. Através de empresas intermediárias, esses títulos são então vendidos a governos e empresas que desejam compensar suas emissões. Na teoria, as comercializadoras garantem a boa procedência

dos créditos, assegurando que estejam lastreados em áreas preservadas e que não violem direitos humanos. Na prática, é bem diferente.

Das 76 iniciativas mapeadas por este observatório, pelo menos 23 possuem irregularidades socioambientais relacionadas aos imóveis — no caso de projetos circunscritos a áreas privadas — ou proponentes denunciados por desmatamento e grilagem. Em três deles, há participação direta de prefeitos agindo em prol das empresas.

Localizado no arquipélago do Marajó, Portel (PA) tornou-se um caso emblemático nesse sentido. Com oito projetos ativos, é o município com maior número de contratos de créditos de carbono. Em 2023, a Defensoria Pública do Estado do Pará ajuizou cinco ações contra a prefeitura e as oito empresas responsáveis — cinco delas, ligadas ao mesmo empresário, o americano Michael Greene. A suspeita de beneficiamento teve início depois que o município publicou, em 2022, uma lei autorizando o funcionamento de projetos de crédito de carbono em glebas e assentamentos estaduais, pertencentes ao governo do Pará e em posse de comunidades tradicionais.¹²⁵

Uma das ações ajuizadas é referente ao projeto Rio Anapu-Pacajá REDD, sobreposto aos assentamentos Deus é Fiel, Joana Peres II - Dorothy Stang, Joana Peres II - Rio Pacajá, Rio Piarim e Jacaré Puru, na zona rural de Portel. “O projeto é ilegal e se pautou em contrato de compra e venda de terras públicas, em registros imobiliários inválidos sobrepostos aos assentamentos e Cadastros Ambientais Rurais ilegais”, informa o documento.¹²⁶



Prefeitura de Portel facilitou créditos de carbono em comunidades ribeirinhas. (Climate Partner)

Além das irregularidades fundiárias, essas iniciativas costumam envolver contratos pouco transparentes, com cláusulas draconianas que afetam diretamente o modo de vida das comunidades. A duração dos acordos varia entre 30 e 50 anos, período em que o uso da terra fica restrito. “Os projetos de carbono trazem limitações ao uso do território”, explica Herena Corrêa de Melo, promotora de Justiça da Vara Agrária de Santarém (PA). “O que eu tenho observado nas minhas investigações é, por exemplo, a proibição de pesca, a proibição de plantio, a proibição de roçado, a proibição de utilização da terra”.

O prefeito Paulo Ferreira (MDB), alvo do processo, disputa a reeleição em outubro.

O caso de Portel não é o único. Em 2017, o Ministério Público Federal (MPF) recomendou à prefeitura de Borba (AM) a suspensão do projeto Trocano Araretama, desenvolvido pela empresa irlandesa Celestial Green Ventures (Go Balance). Entre as irregularidades investigadas pelo MPF, estavam a falta de clareza do contrato e descumprimento das condicionantes, resultando em violações às propostas de compensação e redução de emissões. O projeto é fruto de uma parceria com a prefeitura e com a ONG Iakira, conforme divulgado pela própria empresa.¹²⁷

De acordo com o MPF, o procedimento está em andamento, na fase de investigações. “Para que possam ser tomadas as medidas jurídicas cabíveis visando a proteção dos interesses dos povos e comunidades tradicionais envolvidos”, informa o ministério, por meio de nota encaminhada pela assessoria de imprensa.

Em Corumbá (MS), a prefeitura concede incentivos fiscais e tributários para empresas que tenham participação formal em ações de proteção ao meio ambiente, com destaque para programas de crédito de carbono. Atualmente, há três projetos incidindo sobre as terras do município — dois deles ainda em fase de desenvolvimento e um já em operação.¹²⁸

OS GIGANTES NA ROTA DO NOVO PAC

O lançamento do Novo PAC, em agosto de 2023, marcou a retomada do Estado como indutor do desenvolvimento nacional, após um ciclo de seis anos marcado por políticas de austeridade fiscal. Uma das marcas das gestões petistas entre 2007 e 2016, o Programa de Aceleração do Crescimento terá, em sua nova versão, R\$ 1,7 trilhão em investimentos direcionados em nove eixos estratégicos — incluindo R\$ 3,3 bilhões para prevenção a desastres climáticos.¹²⁹

Durante a cerimônia, realizada no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, os ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Marina Silva, do Meio Ambiente, destacaram que o Novo PAC se insere dentro do Plano de Transformação Ecológica (PTE), uma das novas políticas adotadas no terceiro mandato de Lula, visando a reinserção do país na agenda climática global.¹³⁰

Apesar da narrativa ecológica que permeia o Novo PAC, alguns dos principais projetos de infraestrutura logística selecionados pelo programa atendem a interesses diretos do agronegócio. Combinadas, essas obras unem as várias frentes de expansão agropecuária na Amazônia, Cerrado e Pantanal, acelerando o colapso climático iminente.

Os Gigantes, é claro, são diretamente impactados por esses empreendimentos, dada a sua importância ambiental, econômica e geopolítica — 40 deles estão na faixa de fronteira.



Indígenas protestam contra Ferrogrão. (Viviane Borari/ Kamila Sampaio/ Tapajós Vivo)

De Olho nos Ruralistas selecionou sete megaprojetos logísticos direcionados à cadeia agroexportadora: juntos, eles atravessam 32 municípios dentre os cem maiores do Brasil. A lista pode estar subestimada, uma vez que foram contabilizados aqueles com relação direta com as obras — que compõem o traçado viário ou usufruem do corredor logístico.

Dentre as iniciativas apoiadas pelo Novo PAC, a mais polêmica é a da ferrovia EF-170, a Ferrogrão. A linha é uma demanda antiga da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e visa conectar o polo produtor de soja de Sinop (MT) ao porto de Mirituba, em Itaituba (PA). O traçado da ferrovia atravessa oito Gigantes: Peixoto de Azevedo, Nova Ubiratã, Marcelândia, Paranatinga e Gaúcha do Norte, no Mato Grosso; e Altamira, Novo Progresso e Itaituba, no

Pará. Segundo a CNA, a Ferrogrão reduzirá em 30% os custos logísticos das exportações realizadas via Arco Norte — o complexo de portos e hidrovias entre os estados de Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Maranhão responsável por escoar a produção de grãos do Centro-Oeste. Hoje, o transporte é realizado em caminhão pela rodovia BR-163.¹³¹

O projeto está paralisado desde março de 2021, quando o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a Lei nº 13.452/2017, que reduziu os limites do Parque Nacional do Jamanxim para viabilizar a construção da ferrovia. Um levantamento da ONG InfoAmazonia estima que a Ferrogrão afetará 17 unidades de conservação e 6 terras indígenas, incluindo três povos isolados, podendo desmatar até 49 km² de floresta.¹³²

Em julho, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), principal organização representativa dos povos originários no âmbito nacional, anunciou sua retirada do Grupo de Trabalho (GT) da Ferrogrão, um espaço interministerial de conciliação instituído em 2023 por determinação do STF. Segundo a nota, enquanto as reuniões ocorriam, o Ministério dos Transportes deu luz verde para a realização de estudos atualizando o traçado da ferrovia, visando destravar o licenciamento ambiental. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que regula o setor, já divulgou o cronograma de leilões para 2025.¹³³

Uma das entidades que compõem o GT é o Movimento Pró-Logística de Mato Grosso, um consórcio formado pela Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja), Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (FIEMT) e, representando os prefeitos, a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). O órgão municipalista é presidido pelo ex-deputado — e líder ruralista — Juarez Costa (MDB).¹³⁴



Obras do Novo PAC impactam ecossistemas e comunidades tradicionais. (Ricardo Botelho/MInfra)



Lançado em 2023, Novo PAC privilegia infraestrutura logística para o agronegócio. (Ricardo Stuckert/PR)

EXPORTA-SE

CEM MAIORES MUNICÍPIOS ESTÃO NA ROTA DOS EMPREENDIMENTOS LOGÍSTICOS QUE BENEFICIAM O AGRONEGÓCIO



PAVIMENTAÇÃO DA BR-319

O que é: Reconstrução de 406 km do “trecho do meio”, entre Humaitá e Borba. Rodovia liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO).
Commodities: Gado, soja, madeira e minérios.
Conflitos: Projeto atravessa a última fronteira preservada da Amazônia, incentivando grilagem, desmatamento, queimadas e invasão de territórios protegidos.
Status: Em estudo. Não foi incluído no Novo PAC.



EXTENSÃO DA BR-364

O que é: Asfaltamento de 110 quilômetros da rodovia BR-364, entre o município de Mâncio Lima (AC) e a fronteira com o Peru.
Commodities: Soja, gado e madeira.
Conflitos: Projeto corta ao meio o Parque Nacional da Serra do Divisor e afeta comunidade de isolados do Igarapé Tapada.
Status: Estudos suspensos. Não foi incluído no Novo PAC.



PONTE BINACIONAL GUAJARÁ-MIRIM

O que é: Construção de ponte sobre o Rio Mamoré, ligando Guajará Mirim (RO) a Guayaramerín, na Bolívia.
Commodities: Gado e soja..
Conflitos: Não houve processo de escuta com os povos indígenas da região, que temem impactos indiretos com os incentivos à consolidação do Amacro.
Status: Em licitação/leilão. Obra prioritária do Novo PAC.



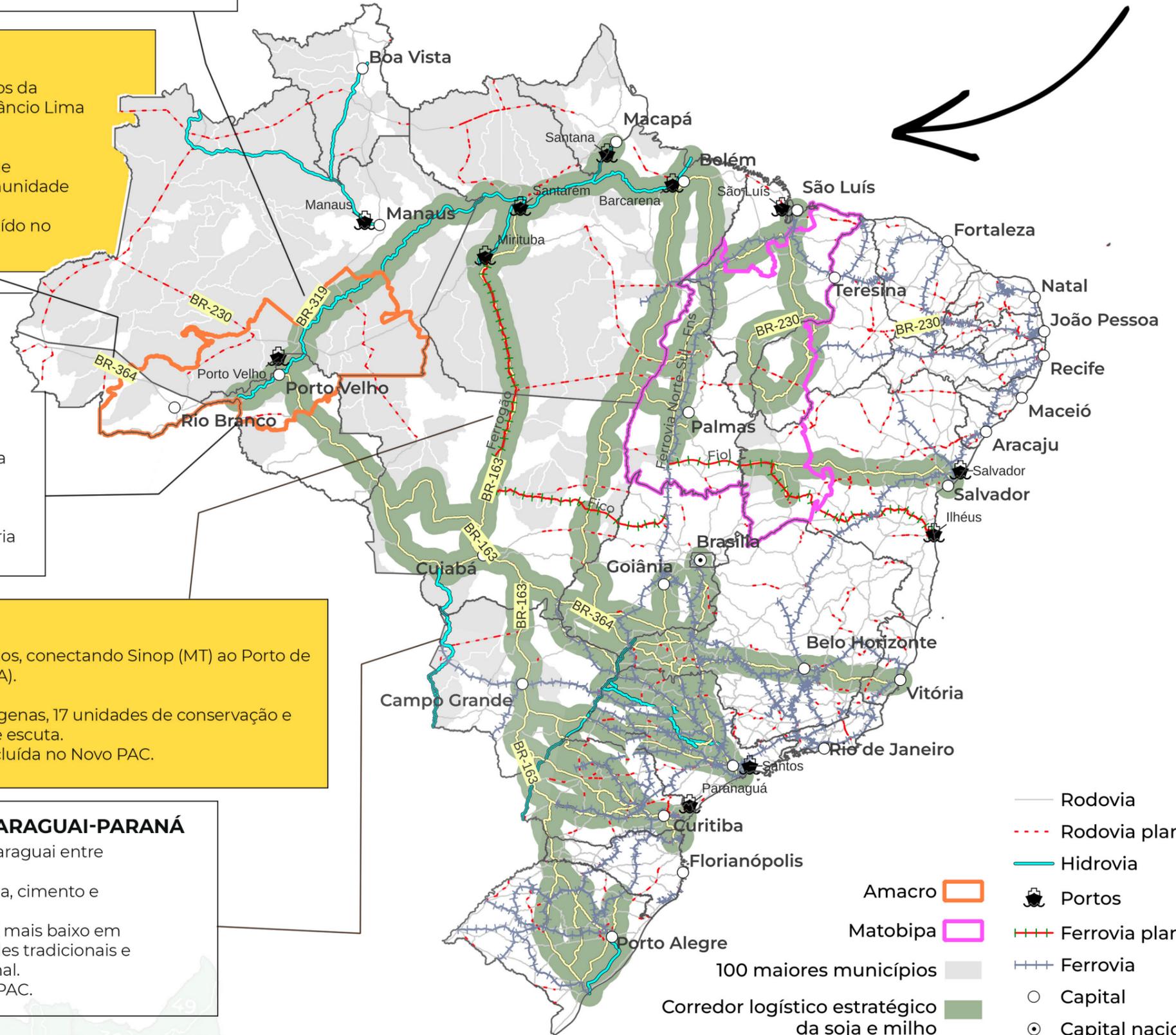
FERROGRÃO

O que é: Ferrovia de escoamento de grãos, conectando Sinop (MT) ao Porto de Miritituba, no rio Tapajós, em Itaituba (PA).
Commodities: Soja, açúcar e etanol.
Conflitos: Projeto atravessa 6 terras indígenas, 17 unidades de conservação e 3 povos isolados. Não houve processo de escuta.
Status: Execução suspensa pelo STF. Incluída no Novo PAC.



TRAMO NORTE DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ

O que é: Dragagem de 680 km do rio Paraguai entre Cáceres (MT) e Corumbá (MS).
Commodities: Soja, arroz, milho, madeira, cimento e minérios.
Conflitos: Rio Paraguai atingiu seu nível mais baixo em quase 60 anos. Projeto afeta comunidades tradicionais e pode mudar o regime hídrico do Pantanal.
Status: Em execução. Incluída no Novo PAC.



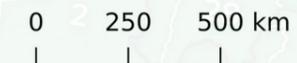
- Rodovia
- - - Rodovia planejada
- Hidrovia
- ⚓ Portos
- Ferrovia planejada
- Ferrovia
- Capital
- ⊙ Capital nacional

Amacro

Matobipa

100 maiores municípios

Corredor logístico estratégico da soja e milho





Rio Paraguai enfrenta a pior seca em 51 anos. (Reprodução)

PROJETO DE HIDROVIA COLOCA PANTANAL EM PERIGO

Acostumados à vida perto da água, os moradores da comunidade de Barra do São Lourenço, no município de Corumbá (MS), observam o Rio Paraguai se afastar cada vez mais das casas. “Em 2018 ele chegou até aqui na barranca e desceu”, lembra a artesã Leonida Aires de Souza, moradora da comunidade. “Daí pra cá, nada mais”.

Em Barra do São Lourenço, vivem 22 famílias que se dedicam à pesca e ao cultivo de alimentos. “A gente só planta o que a gente quer comer: mandioca, banana, cebolinha, salsa, coentro”, conta Leonida. “Melancia hoje a gente nem tá conseguindo mais produzir, com a seca”.

De Barra do São Lourenço até a cidade de Corumbá são 205 km rio acima. O deslocamento pode levar de sete horas a três dias, a depender do tipo de embarcação usada. O caminho é feito pelos rios, principal via de deslocamento dos moradores da comunidade. Mas, com a seca, as viagens de barco ficaram mais arriscadas. Em vários trechos, a navegação se tornou inviável devido ao nível do Rio Paraguai — o menor em sessenta anos.¹³⁵

A seca histórica não impediu que a qualificação do tramo norte da Hidrovia Paraguai/

Paraná entrasse no Novo PAC. O projeto prevê a dragagem de 680 km no trecho que vai de Corumbá até Cáceres, no Mato Grosso, permitindo a navegação de navios de calado mais fundo, como já acontece no tramo sul da hidrovia, que desce até a foz do rio Apa, suportando comboios de transporte de grãos e minérios.¹³⁶

As obras começaram neste ano: até agosto, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) informou que foram removidos 110 mil metros cúbicos de sedimentos em sete dos 25 pontos críticos identificados. Nem as queimadas que assolam a região foram capazes de paralisar as máquinas.¹³⁷

O projeto impacta um trecho estratégico para conservação do Pantanal por ser um dos mais preservados do bioma. No caminho da hidrovia estão três unidades de conservação: o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, o Parque Estadual do Guirá e a Estação Ecológica de Taiamã, que possui a maior incidência de onças-pintadas do continente. Além delas, as obras afetam diretamente a Terra Indígena Guató.¹³⁸

Em novembro de 2023, o prefeito de Corumbá, Marcelo Lunes, saiu em defesa do projeto. “A Hidrovia do Paraguai não é apenas uma rota fluvial, é uma artéria vital para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da nossa região”, afirmou durante encontro do Circuito Nacional dos Diálogos

Hidroviáveis. O evento foi sediado pelo Sindicato Rural de Corumbá.¹³⁹

Próximo ao governador Eduardo Riedel (PSDB) — de quem era colega de partido até poucos meses atrás — Lunes tenta desbloquear outro projeto listado no Novo PAC. Trata-se da relicitação e requalificação da Ferrovia Malha Oeste, que conecta o Mato Grosso do Sul ao Porto de Santos (SP). “Precisamos, o mais rápido possível, colocar em prática esse processo para que Corumbá deixe de ser o início ou o fim da linha ferroviária para tornar-se o meio da rota bioceânica”, defendeu o prefeito.¹⁴⁰ A rota bioceânica à qual Lunes se refere é o Corredor de Capricórnio, o eixo rodoviário de Antofagasta, no Chile, até Paranaguá, no litoral brasileiro, do qual tratamos no capítulo anterior.

A Malha Oeste é administrada pela Rumo Logística. Em agosto, a empresa foi multada pelo Ibama em R\$ 57 milhões após uma fiação — gerada durante a manutenção

dos trilhos — iniciar um incêndio florestal que consumiu 17,8 mil hectares do Pantanal. A queimada ocorreu precisamente em Corumbá. Segundo o órgão ambiental, a empresa descumpriu condicionantes do licenciamento ambiental e não possuía equipamento adequado para conter as chamas.¹⁴¹

Até julho, a Rumo era dirigida pelo executivo João Alberto Fernandez de Abreu, que deixou a operadora logística para assumir o cargo de CEO da Suzano.¹⁴² Dona do megaprojeto de celulose em Ribas do Rio Pardo, a 500 km de Corumbá, a gigante do eucalipto faz parte do grupo político que vem pressionando pela relicitação da Malha Oeste.

O trecho sul-mato-grossense da ferrovia está sob contrato de operação com a Rumo até 2025, mas a empresa solicitou à ANTT a devolução da concessão.¹⁴³



Presidente Lula durante inauguração da primeira fase da concessão da Fiol. (Agência Brasil)

SOJA NOS TRILHOS

O ano de 2023 foi emblemático nos registros de desmatamento no Brasil. Segundo dados da plataforma MapBiomas, foi a primeira vez desde o início da série histórica que o Cerrado registrou mais desmatamento que a Amazônia. Apenas quatro estados foram responsáveis por 47% de toda a área desmatada no país: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que juntos formam o

Matopiba, registraram 8.589,52 km² de perda de vegetação — uma área maior que a Palestina.¹⁴⁴

Nos últimos anos, o acrônimo tornou-se um sinônimo de destruição ambiental e de grilagem, graças à atuação de imobiliárias agrícolas e de fundos de pensão internacionais, como o TIAA-Cref e o Harvard Mana-

gement Co.¹⁴⁵ A expansão da soja e do algodão no Matopiba vem acompanhada da expansão da malha ferroviária.

No Novo PAC existem dois projetos desenhados sob encomenda para os produtores rurais da região. O primeiro é a conexão entre a Transnordestina e a Ferrovia Norte-Sul (FNS), que beneficiará o município de Balsas, no Maranhão, o 91º maior do país.

Iniciada em 2006 e atrasada há 14 anos, a Transnordestina pretende ligar os portos marítimos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará, com um terceiro ramal vindo do porto seco de Eliseu Martins, no Piauí. Retomado em 2023, o projeto deve ser concluído até 2027. Paralelamente, existe uma movimentação para que o projeto seja estendido até Aguiarnópolis (TO), onde se conectará à FNS. Balsas, um dos principais centros produtores de soja do Brasil, fica entre os dois pontos. Hoje, o município depende quase exclusivamente do modal rodoviário para transportar grãos até o porto de São Luís. O investimento no estudo para a ligação das duas ferrovias foi incluído no Novo PAC.¹⁴⁶

Na Bahia, a situação avança mais rápido. Primeira obra anunciada no Novo PAC, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) está em estágio avançado de execução. Segundo o Ministério dos Transportes, a previsão de entrega do trecho entre Barreiras (BA) e Figueirópolis (TO), onde se conectará à FNS, é para 2027.¹⁴⁷

No caminho ficam os dois representantes baianos entre os Gigantes. São Desidério e Formosa do Rio Preto ocupam, respectivamente, a 5ª e a 9ª posição no ranking de Produção Agrícola Municipal do IBGE, que

considera o valor monetário.¹⁴⁸ Em termos de volume, os dois se invertem: com 1,8 milhão de toneladas, Formosa é o 2º maior produtor nacional de soja, atrás apenas de Sorriso (MT). São Desidério vem na sequência, em 3º, com 1,6 milhão de toneladas. Os dados são da safra 2022/2023.¹⁴⁹



Zona irrigada é foco de desmatamento no oeste baiano. (Marcio Sanches/WWF)

Palco da Operação Faroeste e dos conflitos envolvendo o Condomínio Agrícola Cachoeira Estrondo, Formosa do Rio Preto possui a maior área de soja entre os Gigantes. São 4.801,18 km² dedicados à monocultura do grão, quase um terço da área total do município.

Os três representantes do Matopiba figuram na lista dos dez municípios que mais perderam vegetação entre os cem maiores do Brasil entre 2021 e 2024. Juntos, Balsas, São Desidério e Formosa do Rio Preto desmataram 2.608,31 km², 30% do total do Matopiba.

OS GIGANTES E A SOJA

2º MAIOR PRODUTOR EM VOLUME, FORMOSA DO RIO PRETO POSSUI A MAIOR ÁREA DE SOJA

1- FORMOSA DO RIO PRETO (BA)	4.801,18 km ²
2- QUERÊNCIA (MT)	3.851,77 km ²
3- NOVA UBIRATÃ (MT)	3.838,29 km ²
4- SAPEZAL (MT)	3.811,57 km ²
5- SÃO DESIDÉRIO (BA)	3.490,16 km ²
6- BALSAS (MA)	2.692,36 km ²
7- BRASNORTE (MT)	2.543,46 km ²
8- PARANATINGA (MT)	2.538,50 km ²
9- SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)	2.423,74 km ²
10- GAÚCHA DO NORTE (MT)	1.880,45 km ²

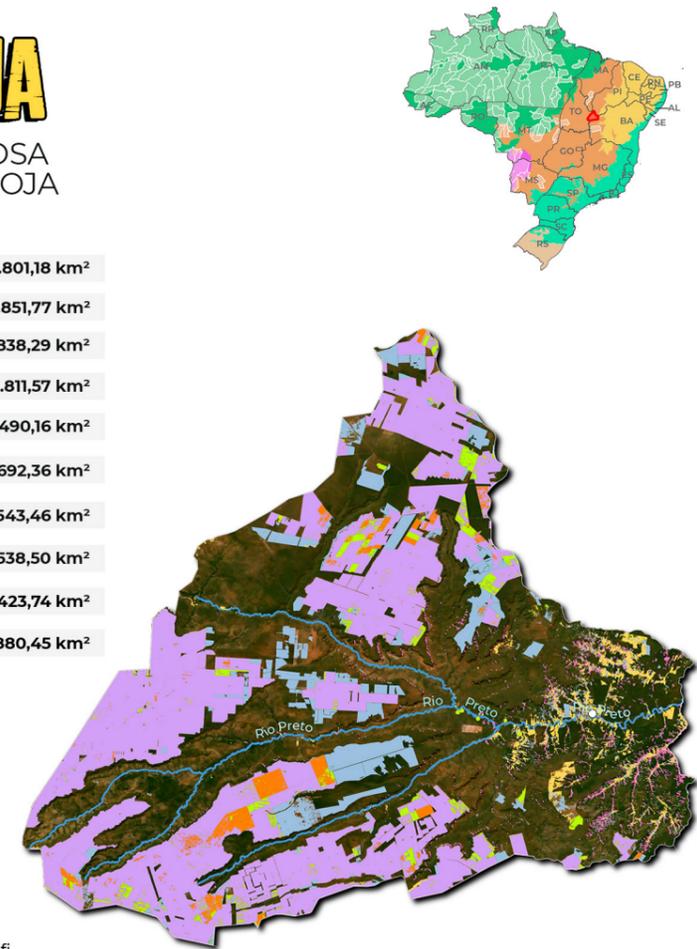


Fonte: IBGE (2023); Inpe (2024); Mapbiomas col.8 (2024); Basemap ESRI | SRC: Geográf

AMACRO, A ÚLTIMA FRONTEIRA ANTES DO COLAPSO

O Matopiba não é o único bloco de estados a puxar os índices de desmatamento no Brasil. A 2,7 mil km de Balsas (MA), seguindo pela Rodovia Transamazônica, chegamos a Lábrea, no epicentro do Amacro — uma região formada pelos estados do Amazonas, Acre e Rondônia e que representa hoje a maior ameaça à sobrevivência do bioma amazônico.

Idealizada em 2019 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a sigla foi encampada pela gestão de Jair Bolsonaro e se tornou oficial dois anos depois, com a criação da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira. Essa área abrange 32 municípios e atravessa um corredor de áreas protegidas formado por 49 terras indígenas e 86 unidades de conservação. Segundo dados do MapBiomas,



em 2022, o Amacro respondeu por 34% de todo o desmatamento registrado na Amazônia. Mais de um terço dos municípios da região já possuem mais área agropecuária do que floresta.¹⁵⁰

São nove os Gigantes que integram o Amacro: Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Novo Aripuanã, no sul do Amazonas; Sena Madureira, no Acre; e a capital de Rondônia, Porto Velho. Todos eles são direta ou indiretamente afetados pelos projetos de infraestrutura logística do agronegócio.

Dois desses empreendimentos estão no Novo PAC. Listada entre os investimentos prioritários do governo federal para 2024, a Ponte Binacional de Guajará-Mirim foi licitada em março, em certame vencido pelo consórcio Construbase, por R\$ 429 milhões. A ponte sobre o rio Mamoré conecta o município rondoniense à cidade-gêmea de Guayaramerín, na Bolívia. Embora esteja fora do Amacro, Guajará-Mirim é estratégi-



ca para o escoamento da produção de soja, carne e madeira — tanto para abastecer os mercados sul-americanos quanto pela possibilidade de integração com os portos de Arica, no Chile, e Ilo, no Peru, oferecendo uma rota de saída para o Pacífico.¹⁵¹

Outro projeto prioritário para o governo Lula é a conclusão da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), que ligará os municípios de Mara Rosa (GO), onde passa a Ferrovia Norte-Sul (FNS), a Lucas do Rio Verde (MT). O trecho inicial, até Água Boa (MT), está em construção e há estudos para uma extensão até Porto Velho, conectando o Amacro ao corredor logístico de saída via São Luís (MA).¹⁵²

Outros dois projetos ficaram de fora do Novo PAC. O primeiro é a extensão da rodovia BR-364 de Mâncio Lima, no Acre, até Pucallpa, no Peru. A licitação para os estudos básicos chegou a ser iniciada em 2021, mas foi suspensa por decisão da Justiça Federal, após o MPF ingressar com ação civil pública solicitando a realização de consulta prévia, formal, livre e informada, nos moldes da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A sentença proíbe o Ibama de realizar o licenciamento da BR-364 enquanto não houver consenso com os povos indígenas e comunidades tradicionais afetados pela obra e não for realizada a qualificação do estudo da Referência 64 - Isolados do Igarapé Tapada. A proposta inicial de traçado corta ao meio o Parque Nacional da Serra do Divisor, considerado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) a maior reserva de biodiversidade da Amazônia.¹⁵³

Se concluída, a nova rota bioceânica beneficiará a principal zona de expansão da fronteira agropecuária no Acre. Lar do segundo maior rebanho bovino do estado, atrás da capital Rio Branco, Sena Madureira possui 365 mil cabeças de gado — quase oito vezes o tamanho da população. Um dos principais defensores da proposta, o senador Márcio Bittar (União-AC), possui fazenda na região.¹⁵⁴

Mas o pior vem por último. Considerado por

organizações ambientalistas como a última fronteira do desmatamento na Amazônia, o asfaltamento do chamado “trecho do meio” da BR-319, a rodovia Manaus-Porto Velho, entrou de vez na pauta do governo federal, após ter ficado de fora do Novo PAC.¹⁵⁵



Asfaltamento da BR-319 pode levar Amazônia ao ponto de não-retorno. (DNIT)

Com 409km, esse tramo se estende de Borba, na região metropolitana de Manaus, até Humaitá, no sul do estado. Em 2023, a faixa de 50km ao redor da rodovia concentrou 248 km² de desmatamento — o tamanho de Recife, capital de Pernambuco. Desse total, 69% se concentram em florestas públicas não destinadas.¹⁵⁶

Em 2020, em meio à pandemia, o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas — hoje governador de São Paulo — anunciou a obra como uma das principais bandeiras da gestão Bolsonaro.¹⁵⁷ Uma licença prévia foi emitida pelo Ibama nos estertores do governo, mas foi derrubada em julho de 2024, através de liminar.¹⁵⁸ Em junho, o Ministério dos Transportes, sob comando de Renan Filho (MDB), publicou um relatório favorável à pavimentação.¹⁵⁹ No último capítulo da batalha judicial, no dia 28 de agosto, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou um pedido feito pela Advocacia-Geral da União (AGU) para suspender a liminar.¹⁶⁰

A luta contra o colapso climático continua.

O QUE DIZEM AS PREFEITURAS

Ao longo de quatro meses de pesquisa, De Olho nos Ruralistas tentou contato com as secretarias de Meio Ambiente das cem prefeituras que integram a lista dos Gigantes, solicitando informações sobre a execução do orçamento voltado a ações ambientais e a eficácia dessas políticas. Apenas oito responderam: Cumaru do Norte, Paragominas e São Félix do Xingu, no Pará; Codajás e Presidente Figueiredo, no Amazonas; Cocalinho e Querência, no Mato Grosso; e Formoso do Araguaia, no Tocantins. As demais não deram retorno.

Em uma segunda etapa, a equipe de pesquisa enviou perguntas específicas relativas aos casos de irregularidades ambientais apontadas no capítulo II deste relatório. Das 14 prefeituras contatadas, apenas duas retornaram até o prazo de fechamento da edição. As respostas estão reproduzidas abaixo. Caso novas respostas sejam enviadas após a data de publicação, elas serão disponibilizadas em nosso site:

<https://deolhonosruralistas.com.br/>

PEIXOTO DE AZEVEDO (MT)

Questionada sobre eventual conflito de interesses decorrente do matrimônio entre a secretária de Meio Ambiente, Anni Karini Reina, e o dirigente da Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto (Coogavepe), Maicon Aquino, a prefeitura de Peixoto de Azevedo respondeu:

“Inicialmente, destaca-se que não há qualquer vedação legal na nomeação da Secretária Anni Karini. Ela é formada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, sua nomeação é meramente técnica.

Por conseguinte, ressalta-se que não há conflitos, uma vez que as atividades de extração de metais preciosos são analisadas e autorizadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, por meio da Superintendência de Mineração, em Cuiabá, a 800 km de distância. Logo, o Município de Peixoto de Azevedo não tem autonomia para liberar licenças ou autorizar extração de ouro ou outros minerais preciosos.

Compete ao Município a gestão de atividades de impactos locais, nos termos da Lei Federal nº 140, de 2011, bem como lava-jatos, oficina mecânica e armazém de grãos.”

COMODORO (MT)

Em relação ao Termo de Ajustamento de Conduta assinado em 2010 pelo vice-prefeito Josemar Rodrigues Neves para restauração de uma área degradada no entorno do Córrego da Cascalheira, na Chácara Novo Tempo, a prefeitura disponibilizou a íntegra do acordo judicial.

Nela consta o projeto de recuperação submetido ao Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) e um relatório expedido pelo órgão em 2017. Segundo o documento, Josemar Rodrigues vendeu o imóvel a Edmilson Antonio do Nascimento, a quem coube dar continuidade à execução do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A ação de execução foi finalizada em 2019 após a conclusão das ações de recuperação da Área de Preservação Permanente (APP).

CONCLUSÃO

Dezessete mil hectares viraram cinzas em Corumbá (MS) graças a uma faísca nos trilhos da Rumo Logística. O fogo se espalhou pelo Pantanal e os funcionários da empresa continuaram trabalhando. Nesses trilhos passam os trens que levam os grãos e minérios extraídos da terra até os portos. Dalí, os navios carregam essas mercadorias para o mundo.

A Rumo pertence ao grupo Cosan. Do bilionário Rubens Ometto, financiador fiel de campanhas políticas de quem defende a boiada, a expansão tenaz da agropecuária e da mineração, às custas do ambiente, do clima, do planeta. A Cosan é parceira da multinacional Shell na Raízen, mais uma empresa do setor sucroenergético.

Uma faísca não é somente uma faísca. É uma metáfora e um risco real. As tragédias ambientais que se abatem sobre o Brasil têm digitais políticas e econômicas, conforme os trilhos do capital avançam sobre os biomas. São trilhos e arames farpados, são rodovias e pasto, são torres e soja. Apesar da lavagem de imagem promovida pelas empresas, elas avançam e destroem.

Os políticos agem a reboque desse modelo. Quantas vidas teriam sido poupadas nas enchentes do Rio Grande do Sul não fosse o desmonte ambiental promovido pelo governo estadual e pelas prefeituras, entre elas a de Porto Alegre? Quantos hectares de florestas estariam de pé não fosse o apetite do agronegócio e da mineração por mais e mais terras?

Para que alguns lucrem é necessário que toda a população arque com os prejuízos. Não são apenas os extrativistas e pescadores que perdem seu sustento em decorrência da seca e das queimadas. A urbe sufoca com a fumaça. De Porto Velho a Florianópolis, de Fortaleza a Ribeirão Preto. O Brasil inteiro vê seu direito mais básico — o de respirar e existir — minado pela sede de dinheiro.

Essa sede é também uma sede territorial. Capilarizada. Em movimento. Os municípios estão lá, às vezes ganham subdivisões, mudam uma fronteira aqui e ali. Mas eles estão em movimento, o do uso da terra, da

ocupação do solo, e esse movimento não é o da preservação do ambiente, como demonstramos ao longo deste relatório.

Em outubro, o Brasil elegerá 5.568 prefeitos. Cada um com visões diferentes sobre clima, ambiente, política e sociedade. O que deveria uni-los? São eles os responsáveis por proteger os municípios diante de novos desastres climáticos. O que os une? A destruição. Quantos são conhecidos nacionalmente? Muito poucos.

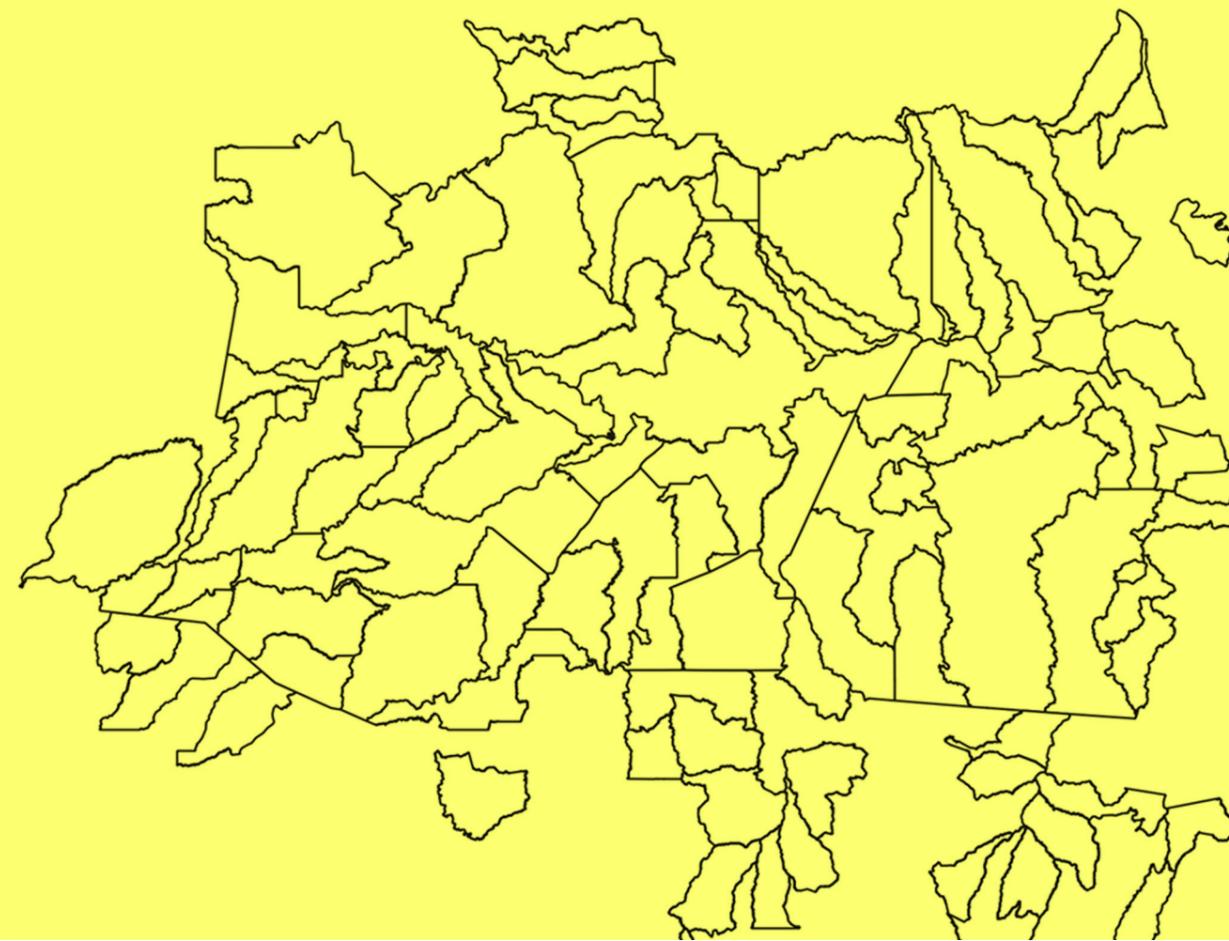
A partir de uma amostra significativa, dos cem maiores municípios brasileiros, mostramos que a maior parte dos prefeitos não está preparada para enfrentar as consequências do colapso ambiental. Muitos sequer estão preocupados com o tema. O clima não aparece em suas propostas de governo. As prioridades são outras. É preciso plantar mais soja, criar mais gado, extrair mais minérios, melhorar a logística exportadora, aumentar a arrecadação.

A existência de secretarias “de Ambiente e Agronegócio”, “de Ambiente, Agronegócio e Mineração”, são a mais completa tradução do conflito de interesses em curso no território brasileiro. E isso não acontece só no interior do país: no dia 1º de janeiro de 2023, primeiro dia de governo, o governador paulista Tarcísio de Freitas transformou a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo em Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

A diferença é que o PL de Tarcísio e Bolsonaro não comanda os municípios gigantescos do Brasil. Nem o Partido dos Trabalhadores. Quem manda ali é o que se chama de Centrão, um leque de partidos comandados por famílias que administram o país há séculos. A faísca largada nos trens em Corumbá é alimentada por combustível corporativo e por amparo político.

A invisibilidade midiática dos cenários de destruição não ajuda. Muito pelo contrário, ela é o equivalente simbólico dos períodos de seca que cada vez mais se espalham pelo país. É preciso dar nome aos bois, aos desmatadores, às empresas, mas também àqueles que, constitucionalmente, são os responsáveis pelo combate aos desastres. Eles são centenas e eles são milhares.

REFERÊNCIAS



1 SEEG. Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, Observatório do Clima. Versão 11.2, 2024. Disponível em: <<https://seeg.eco.br/>>.

2 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022 - Índigenas: Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: 2023. 193 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102018>>.

3 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022 - Quilombolas: Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016>>.

4 BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria de Proteção e Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. Atlas Digital de Desastres no Brasil. Brasília: 2023. Disponível em: <<https://atlas-digital.mdr.gov.br/>>.

5 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento. Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/C-C/PR. Brasília: 2023. Disponível em: <<https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/nota-tecnica-no-1-2023-sadj-vi-sam-cc-pr/>>.

6 GOVERNO DO ACRE. Boletim Enchentes – 4 de março. Rio Branco: 2024. Disponível em: <<https://agencia.ac.gov.br/boletim-enchentes-4-de-marco/>>.

7 PROJETO MAPBIOMAS. Mapeamento da superfície de água no Brasil (Coleção 3). Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/06/Fact_MapBiomias_Agua_2023_25.06.24.pdf>.

8 G1 RO. Encoberta por fumaça, Porto Velho segue com a pior qualidade do ar do país. 14 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/08/14/encoberta-por-fumaca-porto-velho-segue-com-a-pior-qualidade-do-ar-do-pais.ghtml>>.

9 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/typologias-do-territorio/15790-classificacao-rural-e-urbana.html?=&t=downloads>>.

10 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recortes Metropolitanos e Aglomerações Urbanas. Rio de Janeiro: 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-d e-desenvolvimento.html>>.

11 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Agrícola Municipal. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/bovinos/a>>.

12 PROJETO MAPBIOMAS. Coleção 08 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Acesso em junho de 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>>.

13 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2024. Bens do candidato João Cleber de Souza Torres. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2045202024/140002277454/2024/05452>>.

14 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF pede afastamento de prefeito de São Félix do Xingu (PA) por intervir contra processo de desintrusão na TI Apyterewa. 20 de outubro de 2023. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-afastamento-de-prefeito-de-sao-felix-do-xingu-pa-por-intervir-contra-processo-de-desintrusao-na-ti-apyterewa>>.

15 CARTA AMAZÔNIA. Justiça Federal proíbe prefeito de São Félix do Xingu de tentar impedir retirada de invasores de TI Apyterewa. 6 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://cartaamazonia.com.br/justica-federal-proibe-prefeito-de-sao-felix-do-xingu-de-tentar-impedir-retirada-de-invasores-de-ti-apyterewa/>>.

16 G1. Eleições 2024: PT e PL estão no mesmo planque de candidatos a prefeito em 85 cidades no país. 16 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2024/eleicao-em-numeros/noticia/2024/08/16/eleicoes-2024-pt-e-pl-pelo-pais.ghtml>>.

17 CAMPO GRANDE NEWS. Com fábrica quase pronta, Ribas do Rio Pardo viverá “nova dor do crescimento”. 24 de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/com-fabrica-quase-pronta-ribas-do-rio-pardo-vivera-no-va-dor-do-crescimento>>.

18 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2024. Bens do candidato Jaime Barbosa da Silva. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2045202024/140002339467/2024/05010>>.

19 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Estudo Técnico: Emergência Climática. Brasília: 2024. Disponível em: <https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202405_ET_MAMB_Emergencia_climatica_2024.pdf?t=1716820898>.

20 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Mudança do clima intensificou em 40% incêndios no Pantanal em junho, mostra estudo. 08 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/mudanca-do-clima-intensificou-em-40-incendios-no-pantanal-em-junho-mostra-estudo>>.

21 G1 MS. Pantanal: incêndio de 2024 supera o registrado no mesmo período de 2020, ano recorde de queimadas. 20 de junho de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/06/20/pantanal-incendio-de-2024-supera-o-registrado-no-mesmo-periodo-de-2020-ano-recorde-de-queimadas.ghtml>>.

22 REDE GLOBO. No Pantanal, água do Rio Paraguai atinge o nível mais baixo em quase 60 anos. Jornal Nacional: edição de 12 de julho de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/07/12/no-pantanal-agua-do-rio-paraguai-atinge-o-nivel-mais-baixo-em-quase-60-anos.ghtml>>.

23 SEEG. Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, Observatório do Clima. Versão 11.2, 2024. Disponível em: <<https://seeg.eco.br/>>.

24 PROJETO MAPBIOMAS. Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil entre 1985 a 2022 – Coleção 8. Acesso em junho de 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/2023/09/22/amazonia-concentra-mais-de-90-do-garimpo-no-brasil/>>.

25 PROJETO MAPBIOMAS. Coleção 08 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Acesso em junho de 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>>.

26 FACEBOOK. Perfil de Anni Karini. Acesso em junho de 2024. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ViniciusAnni>>.

27 BRASIL MINERAL. FPMIn conhece estrutura da Coogavepe, no Mato Grosso. 07 de outubro de 2023. Disponível em: <<https://www.brasilmineral.com.br/noticias/fpmin-conhece-estrutura-da-coogavepe-no-mato-grosso>>.

28 G1 MT. Extração de minério em garimpos ilegais causa poluição de rio que abastece cidade em MT. 25 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/10/25/extracao-de-minerio-em-garimpos-ilegais-causam-poluicao-de-rio-que-abastece-cidade-em-mt.ghtml>>.

29 G1 MT. Peixoto de Azevedo (MT) entra em lista prioritária do Ministério do Meio Ambiente para prevenção e controle de desmatamento. 13 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/01/13/peixoto-de-azevedo-mt-entra-em-lista-prioritaria-do-ministerio-do-meio-ambiente-para-prevencao-e-controle-de-desmatamento.ghtml>>.

30 AGÊNCIA PÚBLICA. 'Legal', desmatamento no Mato Grosso cresce e vai na contramão da Amazônia. 06 de julho de 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/07/legal-desmatamento-no-mato-grosso-cresce-e-vai-na-contramao-da-amazonia/>>.

31 G1 MT. Em 4 municípios de MT, mais de 90% do desmatamento registrado neste ano é ilegal. 21 de abril de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/04/21/colniza-mt-e-primeiro-no-ranking-de-desmatamento-ilegal-com-92percent.ghtml>>.

32 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2020. Receitas do candidato Maurício Ferreira de Souza. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CENTROESTE/MT/2030402020/110000810375/2020/98817/prestacao/receitas>>.

33 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Agrícola Municipal. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t= resultados>>.

34 INFOAMAZONIA. Lula reduziu desmatamento da Amazônia em 70%; aumento em anos de Bolsonaro é de 73%. 19 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2022/10/19/lula-reduziu-desmatamento-da-amazonia-em-70-aumento-em-anos-de-bolsonaro-e-de-73/>>.

35 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Tabela de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento. Brasília: 11 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/combate-ao-desmatamento-queimadas-e-ordenamento-ambiental-territorial/controle-de-desmatamento-e-incendios-flor-estais/pdf/Listagemmunicipiosprioritriosparaesd epreveno2021.pdf>>.

36 ASSIS, L. F. F. G.; FERREIRA, K. R.; VINHAS, L.; MAURANO, L.; ALMEIDA, C.; CARVALHO, A.; RODRIGUES, J.; MACIEL, A.; CAMARGO, C. TerraBrasilis: A Spatial Data Analytics Infrastructure for Large-Scale Thematic Mapping. ISPRS International Journal of Geo-Information. 8, 513, 2019. DOI: 10.3390/ijgi8110513. Disponível em: <<https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>>.

37 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2024. Bens do candidato Celso Luiz Padovani. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CENTROESTE/MT/2045202024/110001968421/2024/98710>>.

38 JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Sinop-MT. Processo nº 1000778-08.2021.4.01.3603. Última distribuição: 08/03/2021

39 Ibid.

40 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2020. Bens do candidato Fernando Gorgen. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CEN-TROOESTE/MT/2030402020/110001191017/2020/90069>>.

41 ASSIS, L. F. F. G.; FERREIRA, K. R.; VINHAS, L.; MAURANO, L.; ALMEIDA, C.; CARVALHO, A.; RODRIGUES, J.; MACIEL, A.; CAMARGO, C. TerraBrasilis: A Spatial Data Analytics Infrastructure for Large-Scale Thematic Mapping. ISPRS International Journal of Geo-Information. 8, 513, 2019. DOI: 10.3390/ijgi8110513. Disponível em: <<https://terrabrazilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>>.

42 G1 MT. Prefeito de MT e família são autuados por fraude em autorizações de desmatamento. 24 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/08/24/prefeito-de-mt-e-familia-sao-autuados-por-fraude-em-autorizacoes-de-desmatamento.ghtml>>.

43 FOLHAMAX. Extinção de processo livra ex-chefeão da Sema e prefeito em MT. 12 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.folhamax.com/cidades/extincao-de-processo-livra-ex-chefao-da-sema-e-prefeito-em-mt/408909>>.

44 JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO. Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Barra do Garças-MT. Processo nº 1001047-75.2020.4.01.3605. Última distribuição: 24/04/2023.

45 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Governo federal lança parceria com municípios para combater desmatamento e incêndios florestais na Amazônia. 09 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/ma/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-parceria-com-municipios-para-combater-o-desmatamento-e-incendios-florestais-na-amazonia>>.

46 PARÁ TERRA BOA. Sistemas agroflorestais alavancam restauração de pequenas propriedades em Paragominas. Disponível em: <<https://www.paraterra.com/agricultura/sistemas-agroflorestais-alavancam-restauracao-de-pequenas-propriedades-em-paragominas/>>.

47 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2024. Bens do candidato João Lucidio Lobato Paes. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2045202024/140002358266/2024/05096>>.

48 GOVERNO DO AMAZONAS. Ministério Público de Contas. Representação contra a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Processo nº 10731/2023. Parecer nº 699/2024-MP-RMAM. Manaus: 08 de fevereiro de 2024.

49 PORTAL O PODER. MPAM investiga contaminação de igarapé pelo lixão de Tefé. 21 de março de 2022. Disponível em: <<https://portalopoder.com.br/2022/03/21/mpam-investiga-contaminacao-de-igarape-pelo-lixao-de-tefe/>>.

50 AC 24 HORAS. Rio Envira transborda em Feijó e deixa dezenas de desabrigados. 03 de março de 2024. Disponível em: <<https://ac24horas.com/2024/03/03/rio-envira-transborda-em-feijo-e-deixa-dezenas-de-desabrigados/>>.

51 PROJETO MAPBIOMAS ALERTA. Sistema de Validação e Refinamento de Alertas de Desmatamento com Imagens de Alta Resolução. Acesso em julho de 2024. Disponível em: <<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/downloads>>.

52 FOLHA DE S. PAULO. Cidades com prefeitos do agro não desmataram mais que outras e geraram mais negócios, diz estudo. 19 de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/economia/cidades-com-prefeitos-do-agro-nao-desmataram-mais-que-outras-diz-fgv-3246748e.html?d=1>>.

53 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2020. Bens do candidato Josemar Rodrigues Neves. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CEN-TROOESTE/MT/2030402020/110001208134/2020/99015>>.

54 MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO. Processo nº 0002700-71.2013.8.11.0046. Ministério Público da Comarca x Josemar Rodrigues Neves. 10 de maio de 2022. Disponível em: <<https://m-pmt.mp.br/transparencia/includes/simpweb-det-view.php?action=consultar&protocolo=001014-017/2011>>.

55 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2024. Bens do candidato Josemar Rodrigues Neves. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CEN-TROOESTE/MT/2045202024/110002355358/2024/99015/viceSuplente>>.

56 JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 2ª Vara Federal Cível da SJMT. Processo nº 0018593-59.2012.4.01.3600. Última distribuição: 19/12/2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1xeqkH7YvSODuKFzTRPyELULeCSKBbeD_/view>.

57 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2024. Bens do candidato José Guedes de Souza. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CEN-TROOESTE/MT/2045202024/110002106957/2024/89960>>.

58 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2020. Bens do candidato Odenilson José da Silva. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CEN-TROOESTE/MT/2030402020/110000732288/2020/90476/viceSuplente>>.

59 GOVERNO DO MATO GROSSO. Instituto de Defesa Agropecuária. Junta Administrativa de Julgamento de Recursos de Infrações. Processo nº 545908/2016. Recurso de Auto de Infração nº 312/2016. Disponível em: <<https://iomat.mt.gov.br/portal/edicoes/download/16150>>.

60 CÁCERES NOTÍCIAS. Por meio de carta aberta a população, Dr. Odenilson diz porque deixou de concorrer ao cargo de vice-prefeito. 07 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://www.caceresnoticias.com.br/politica/por-meio-de-carta-aberta-a-populacao-dr-odenilson-diz-porque-deixou-de-concorrer-ao-cargo-de-vice-prefeito/662766>>.

61 DE OLHO NOS RURALISTAS. Políticos e seus familiares possuem 96 mil hectares sobrepostos a terras indígenas. 14 de junho de 2023. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2023/06/14/politicos-e-seus-familiares-possuem-96-mil-hectares-sobrepostos-a-terras-indigenas/>>.

62 OFICIAL NEWS. Vice prefeito em MT terá que pagar indenização de R\$ 400.000,00 ao Ministério Público. 17 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.oficialnews.com.br/noticia/3143/vice-prefeito-em-mt-tera-que-pagar-indenizacao-de-r-400-000-00-ao-ministerio-publico>>.

63 MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL. Número do MP: 06.2023.00001200-5 - IC - Inquérito Civil. Disponível em: <<https://consulta-procedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/procedimento>>.

64 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2020. Bens do candidato Odilon Ferraz Alves Ribeiro. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CEN-TROOESTE/MS/2030402020/120001044306/2020/90212>>.

65 G1 MS. Documentos indicam falsa venda de gado em esquema de corrupção da JBS que começou em MS. 22 de julho de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/documentos-confirmam-falsa-venda-de-gado-em-esquema-de-corrupcao-da-jbs-que-comecou-em-ms.ghtml>>.

66 O JACARÉ. Com irmão indiciado na Vostok, prefeito eleva patrimônio em 400% em 4 anos e supera R\$ 16 milhões. 13 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://ojacare.com.br/2020/10/13/com-irmao-indiciado-na-vostok-prefeito-eleva-patrimonio-em-400-em-4-anos-e-supera-r-16-milhoes/>>.

67 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2024. Bens do candidato Nelson Cintra Ribeiro. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CEN-TROOESTE/MS/2045202024/120002074494/2024/91375>>.

68 DE OLHO NOS RURALISTAS. Acusados de desmatamento no Pantanal avançam também sobre Bolívia e Paraguai. 21 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/21/acusados-de-desmatamento-no-pantanal-avancam-tambem-sobre-bolivia-e-paraguai/>>.

69 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO. Prefeito Nelson Cintra é Homenageado pelo 5º Fórum da Rota Bioceânica. 20 de junho de 2024. Disponível em: <<https://portomurtinho.ms.gov.br/2024/06/20/prefeito-nelson-cintra-e-homenageado-pelo-5o-forum-da-rota-bioceanica/>>.

70 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Panorama Cidades: Altamira. Rio de Janeiro: 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>>.

71 PROJETO MAPBIOMAS ALERTA. Sistema de Validação e Refinamento de Alertas de Desmatamento com Imagens de Alta Resolução. Acesso em julho de 2024. Disponível em: <<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/downloads>>.

72 GREENPEACE. Ituna-Itatá: uma terra indígena da Amazônia tomada por ganância e destruição. 11 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/ituna-ita-ta-uma-terra-indigena-da-amazonia-tomada-por-ganancia-e-destruicao/>>.

73 O IMPACTO. Jatene acusado de privatizar área para beneficiar ex-prefeito de Altamira. 26 de julho de 2018. Disponível em: <<https://oimpacto.com.br/2018/07/26/jatene-acusado-de-privatizar-area-para-beneficiar-ex-prefeito-de-altamira/>>.

74 JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 9ª Vara Federal Ambiental e Agrária da SJPA. Processo nº 0031024-35.2011.4.01.3900. Ação Civil Pública. Última distribuição: 01/09/2011.

75 FISH TV. Pousada Rio Xingu renova com a Fish TV. 19 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.fishtv.com/noticias/fish-tv-pousada-rio-xingu-renova-com-a-fish-tv>>.

76 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2024. Bens do candidato Claudomiro Gomes da Silva. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2045202024/140001955025/2024/04111>>.

78 AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. Pesquisa de Processos. CNPJ do Titular: 15.581.621/0001-83. Disponível em: <<https://sistemas.anm.gov.br/SCM/Extra/site/admin/pesquisar-Processos.aspx>>.

79 2ª VARA DA JUSTIÇA FEDERAL. Seção do Estado de Mato Grosso. Processo nº 17.452/86-V. Ação de Reintegração de Posse, Cumulada com Perdas e Danos. Liceu A. Veronese e Egídio Veronese x Funai e União Federal. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/CLD00062.pdf>>.

80 COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Departamento Jurídico. Periódicos: Informe Jurídico/1989. Nº 03/04. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_bi-bliografico&Pesq=veronese&id=53408817713&pagfis=313144>.

81 FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. Setor de base florestal apresenta área de manejo a órgãos de fiscalização e controle. 29 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.fiemt.ind.br/noticias/874/-setor-de-base-florestal-apresenta-area-de-manejo-a-orgaos-de-fiscalizacao-e-controle>>.

82 DE OLHO NOS RURALISTAS. Madeireiros com sobreposição em terras indígenas comandam “lobby verde”. 26 de abril de 2023. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2023/04/26/-madeireiros-com-sobreposicao-em-terras-indigenas-com-andam-lobby-verde/>>.

83 O GLOBO. Prefeito anuncia fim da operação no Rio Madeira: 'As balsas de vocês não serão mais queimadas'. 29 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/prefeito-anuncia-fim-da-operacao-no-rio-madeira-as-balsas-de-voce-nao-se-rao-mais-queimadas-25298370>>.

84 AMAZÔNIA REAL. Garimpo invade o rio Madeira. 18 de julho de 2022. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/especiais/balsas-no-madeira/>>.

85 JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária da SJAM. Acordo de Não Persecução Criminal. Processo nº 1021930-60.2021.4.01.3200. Última distribuição: 03/09/2021.

86 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2020. Bens do candidato Simão Peixoto Lima. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/AM/2030402020/40001043808/2020/02178>>.

87 FACEBOOK. Vídeo de Márcio Aguiar Baco. 06 de junho de 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/marcioaguiarbacovideos/538848851050699/>>.

88 GOVERNO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento. Processo nº 2976852020. Minuta de lei sobre o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso – ZSEE/MT, de 18 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.seplag.mt.gov.br/images/files/responsive/Planejamento/INFORMACOES_SOCIOECONOMICAS/ZSEE/processo_2976852020_minuta_Lei_ZSEE_18-08-2020.pdf>.

89 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. Gabinete da Prefeita. Ofício nº 056/2021-GABINETE/PMSFA. 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.seplag.mt.gov.br/images/files/responsive/Planejamento/INFORMACOES_SOCIOECONOMICAS/CONSULTA_PUBLICA/PROCESSOS/20_-_PREFEITURA_MUNICIPAL_SAO_FELIX_DO_ARAGUAIA_-_OFICIO_n_-_056_21.pdf>.

90 GOVERNO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento. Revisão do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso – ZSEE/MT. Cuiabá: 2018. Disponível em: <<https://geo.mt.gov.br/zsee2018/files/ZSEE-Cader-no%202%20Estudo%20Ambiental.pdf>>.

91 BRASIL DE FATO. Xico Graziano: convidado da CPI do MST usa redes sociais para associar o movimento à violência. 13 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/13/xico-graziano-convidado-da-cpi-do-mst-usa-redes-sociais-para-associar-o-movimento-a-violencia>>.

92 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2024. Bens do candidato Márcio Conceição Nunes de Aguiar. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CENTROESTE/MT/2045202024/110002070933/2024/98671>>.

93 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2020. Bens da candidata Janailza Taveira Leite. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CENTROESTE/MT/2030402020/110000766334/2020/91839>>.

94 PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO. Lei Municipal nº 1014/2023, de 27 de abril de 2023. Disponível em: <<https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/1203379/>>.

95 REPÓRTER DO ARAGUAIA. Prefeita Janailza e Presidente do Sindicato Rural Dra. Daniela convidada a população de São Félix do Araguaia e região para Audiências públicas sobre Terra Indígena e Áreas Úmidas. 02 de outubro de 2023. Disponível em: <<https://jreporterdoaraguaia.com/Publicacao.aspx?id=440815>>.

96 PROJETO MAPBIOMAS. Coleção 08 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Acesso em junho de 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>>.

97 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2020. Bens do candidato Valmir Climaco de Aguiar. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2030402020/140000777897/2020/04715>>.

98 VEJA. O polêmico prefeito da cidade de onde sai 81% do ouro ilegal do Brasil. 04 de junho de 2024. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/o-polemico-prefeito-da-cidade-de-onde-sai-81-do-ouro-ilegal-do-brasil>>.

99 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Nota técnica nº 01/2023: competência para o licenciamento ambiental de atividades de garimpo de ouro aluvionar. Brasília: 20 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2023/nota_tecnica_licenciamento_garimpo_pa_isa-wwf-versao-divulgacao.pdf>.

100 POLÍCIA FEDERAL. Polícia Federal instaura inquérito para apurar mudança na cor das águas em Alter do Chão/PA. 31 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/01/policia-federal-instaura-inquerito-para-apurar-mudanca-na-cor-das-aguas-em-alter-do-chao-pa>>.

101 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República nos municípios de Santarém e Itaituba-PA. Recomendação nº 01/2023 GAB/PRM/ITB/STM. Brasília: 17 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2023/recomendacao_mpf_anulacao_delegacao_para_municipios_licenciamento_garimpos_pa_17-02-2023.pdf>.

102 FACEBOOK. Vídeo do perfil Prefeitura de Itaituba. 26 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=5159409374126982>>.

103 AGÊNCIA PÚBLICA. Ex-presidente do ICMBio dirige grupo de garimpeiros junto a investigado por garimpo ilegal. 21 de março de 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/03/ex-presidente-do-icmbio-dirige-grupo-de-garimpeiros-junto-a-investigado-por-garimpo-ilegal/>>.

104 INFOAMAZONIA. Deter / APA Tapajós. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/storymap/deter-apa-tapajos/>>.

105 PROJETO MAPBIOMAS. Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil entre 1985 a 2022 – Coleção 8. Acesso em junho de 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/2023/09/22/amazonia-concentra-mais-de-90-do-garimpo-no-brasil/>>.

106 PROJETO MAPBIOMAS. Mapa de Pistas de Pousa da Amazonia 2021 (VI). Acesso em junho de 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/2023/02/06/cerca-de-um-terco-das-pistas-de-pousa-na-amazonia-esta-dentro-de-alguma-area-protegida/>>.

107 Ibid.

108 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2020. Receitas do candidato Sebastião Aurivaldo Pereira Silva. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/PA/2030402020/140000994563/2020/04200/prestacao/receitas>>.

109 SUZANO. Suzano lança site oficial do Projeto Cerrado, construção de sua nova fábrica de celulose em Ribas do Rio Pardo (MS). 05 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/noticia/suzano-lanca-site-oficial-do-projeto-cerrado-construcao-de-sua-nova-fabrica-de-celulose-em-ribas-do-rio-pardo-ms>>.

110 PROJETO MAPBIOMAS. Coleção 08 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Acesso em junho de 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>>.

111 CORREIO DO ESTADO. Prefeito de Ribas do Rio Pardo reúne-se com ministros e bancada federal em Brasília. 03 de maio de 2023. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/politica/prefeito-de-ribas-do-rio-pardo-reune-se-com-ministros-e-bancada-federal-em-brasilia>>.

112 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2020. Bens do candidato João Alfredo Danieze. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CENTROESTE/MS/2030402020/120000868507/2020/91413>>.

113 HORA NOTÍCIAS. Após chegada da Suzano, Ribas tem dificuldade com moradias, mas deverá ser 5º economia do estado em 2026, segundo prefeito. 29 de julho de 2024. Disponível em: <<https://horanoticias.com.br/apos-chegada-da-suzano-ribas-tem-dificuldade-com-moradias-mas-devera-ser-5-economia-do-estado-em-2026-segundo-prefeito/>>.

114 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. UEMS, SUZANO, Prefeitura de Ribas do Rio Pardo e Governo do Estado firmam convênio no Pantanal TECHMS. 03 de julho de 2024. Disponível em: <<https://www.uems.br/noticias/detalhes/UEMS-SUZANO-Prefeitura-de-Ribas-do-Rio-Pardo-e-Governo-do-Estado-firmam-convenio-no-Pantanal-TECHMS>>.

115 SUZANO. Suzano lança programa de Apoio à Gestão Pública em Ribas do Rio Pardo (MS). 24 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/noticia/suzano-lanca-programa-de-apoio-a-gestao-publica-em-ribas-do-rio-pardo-ms>>.

116 TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2024. Bens do candidato João Alfredo Danieze. Acesso em agosto de 2024. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CEN-TROOESTE/MS/2045202024/120002279940/2024/91413>>.

117 DEUTSCHE WELLE. Vista como sustentável, Suzano acumula denúncias ambientais. 22 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/vista-como-sustent%C3%A1vel-suzano-acumula-den%C3%BAncias-socioambientais/a-66004188>>.

118 BRASIL DE FATO. Contra monocultura de eucalipto, MST ocupa três áreas da Suzano Papel e Celulose. 27 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/27/contramocultura-de-eucalipto-mst-ocupa-tres-areas-da-suzano-papel-e-celulose>>.

119 AGÊNCIA C MARA DE NOTÍCIAS. CPI do MST ouve ex-presidente do Incra e diretor da Suzano. 23 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/989546-cpi-do-mst-ouve-ex-presidente-do-incra-e-diretor-da-suzano>>.

120 DE OLHO NOS RURALISTAS. De Olho nos Ruralistas lança dossiê sobre financiamento da bancada ruralista. 18 de julho de 2022. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/07/18/de-olho-nos-ruralistas-lanca-dossie-sobre-financiamento-da-bancada-ruralista/>>.

121 DE OLHO NOS RURALISTAS. Conheça o Instituto Harpia Brasil e suas ligações com o movimento Invasão Zero. 05 de março de 2024. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2024/03/05/conheca-o-instituto-harpia-brasil-e-suas-ligacoes-com-o-movimento-invasao-zero/>>.

122 DE OLHO NOS RURALISTAS. Deputada aponta conflitos de interesses de Ricardo Salles, relator da CPI do MST. 23 de maio de 2023. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2023/05/23/samia-bonfim-aponta-conflitos-de-interesses-de-ricardo-salles-relator-da-cpi-do-mst/>>.

123 DE OLHO NOS RURALISTAS. Ricardo Salles beneficiou Suzano em São Paulo; futuro ministro é acusado de fraude ambiental. 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/12/13/ricardo-salles-beneficiou-suzano-em-sao-paulo-futuro-ministro-e-acusado-de-fraude-ambiental/>>.

124 VERRA. Verified Carbon Standard. Acesso em junho de 2024. Disponível em: <<https://registry.verra.org/>>.

125 SUMAÚMA. Projeto de carbono: Defensoria do Pará acusa prefeito de Portel de conivência com grilagem. 21 de julho de 2023. Disponível em: <<https://sumauma.com/projeto-de-carbono-defensoria-do-para-acusa-prefeito-de-portel-de-conivencia-com-grilagem/>>.

127 PROJETO TROCANO ARARATEMA. História do Trocano como um projeto REDD+. Disponível em: <<https://trocanoproject.com/pt-br/project>>.

128 PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. Lei Complementar nº 165, de 13 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://leismunicipais.is/Om542>>.

129 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Novo PAC. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-programa>>.

130 BRASIL. Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima. Governo Federal lança Novo PAC e Plano de Transição Ecológica. 11 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/governo-federal-lanca-novo-pac-e-plano-de-transicao-ecologica>>.

131 CNA – CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Ferrogão pode acelerar exportações de grãos no Arco Norte e reduzir custos logísticos em 30%. 09 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.cnabrasil.org.br/noticias/ferrogao-pode-acelerar-exportacoes-de-graos-no-arco-norte-e-reduzir-custos-logisticos-em-30>>.

132 O JOIO E O TRIGO. Ferrogão afetará pelo menos seis terras indígenas, 17 unidades de conservação e três povos isolados. 05 de julho de 2023. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2023/07/ferrogao-terras-indigenas-desmatamento/>>.

133 APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Nota de apoio aos povos indígenas afetados pela Ferrogão (EF 170). 29 de julho de 2024. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2024/07/29/nota-de-apoio-aos-povos-indigenas-afetados-pela-ferrogao-ef-170/>>.

134 APROSOJA BRASIL. Ferrogão: Aprosoja Brasil repudia agressão de indígenas a produtores. 08 de maio de 2024. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2024/05/08/ferrogao-aprosoja-brasil-repudia-agressao-de-indigenas-a-produtores/>>.

135 G1 MS. Nível do Rio Paraguai atinge marca negativa pela primeira vez no ano. 26 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/08/26/nivel-do-rio-paraguai-atinge-marca-negativa-pela-primeira-vez-no-ano.html>>.

136 BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental da Hidrovia do Rio Paraguai. Projetos e estudos elaborados pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (ITTI). Disponível em: <<https://hidroviarioparaguai.wordpress.com/a-hidrovia/localizacao/>>.

137 BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Obras de dragagem do DNIT no Tramo Norte do Rio Paraguai avançam em ritmo acelerado. 16 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/obras-de-dragagem-do-dnit-no-tramo-norte-do-rio-paraguai-avancam-em-ritmo-acelerado>>.

138 MONGABAY. Hidrovia no Pantanal ameaça áreas protegidas e pode inviabilizar a própria navegação. 15 de março de 2024. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2024/03/hidrovia-no-pantanal-ameaca-areas-protetidas-e-pode-inviabilizar-a-propria-navegacao/>>.

139 DIÁRIO CORUMBAENSE. Circuito Nacional debate em Corumbá desenvolvimento da navegação hidroviária. 09 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=141583>>.

140 PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. Prefeito de Corumbá defende agilidade no processo de relicitação da Malha Oeste. 27 de Abril de 2023. Disponível em: <<https://corumba.ms.gov.br/noticias/prefeito-de-corumba-defende-agilidade-no-processo-de-relicitacao-da-malha-oeste>>.

141 REPÓRTER BRASIL. Pantanal: maior concessionária de ferrovias recebe multa de R\$ 57 milhões por incêndio. 30 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2024/08/pantanal-faisca-ferrovia-fogo-multa-ibama-rumo/>>.

142 SUZANO. Beto Abreu assume a presidência da Suzano. 01 de julho de 2024. Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/noticia/beto-abreu-assume-a-presidencia-da-suzano>>.

143 CORREIO DE CORUMBÁ. Requalificação da Malha Oeste fica mais longe de Corumbá. 14 Abril de 2024. Disponível em: <<https://www.correiodecorumbapantanal.com.br/economia/requalificacao-da-malha-oeste-fica-mais-longo-de-corumba>>.

144 PROJETO MAPBIOMAS ALERTA. RAD2023: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2023. São Paulo: 2024 – 154p. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/2024/05/28/matopiba-passa-a-amazonia-e-assume-a-lideranca-do-desmatamento-no-brasil/>>.

145 AGRO É FOGO. Ligações perigosas: fundos de pensão internacionais, incêndios e grilagens no Matopiba. Disponível em: <<https://agroefogo.org.br/dossie/ligacoes-perigosas-fundos-de-pensao-internacionais-queimadas-e-grilagens-no-matopiba/>>.

146 DIÁRIO DO NORDESTE. Projeto de integração da Transnordestina com ferrovia Norte-Sul está parado há 12 anos; entenda impacto. 09 de junho de 2024. Disponível em: <<https://diarionordeste.verdesmares.com.br/negocios/projeo-de-integracao-da-transnordestina-com-ferrovia-norte-sul-esta-parado-ha-12-anos-entenda-impacto-1.3521172>>.

147 FACEBOOK. Vídeo de Ministério dos Transportes. 25 de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://web.facebook.com/watch/?v=918983736533926>>.

148 BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Sorriso, Campo Novo do Parecis e São Desidério lideram ranking da produção agrícola nacional. 19 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/sorriso-campo-novo-do-parecis-e-sao-desiderio-lideram-ranking-da-producao-agricola-nacional>>.

149 CANAL RURAL. 14 municípios produzem mais de 1 milhão de toneladas de soja; veja ranking. 04 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/agricultura/14-municipios-brasileiros-produziram-mais-de-1-milhao-de-toneladas-de-soja-veja-ranking/>>.

150 INFOAMAZONIA. Ponte Brasil-Bolívia quer escoar produção do agro, mas não considera desmatamento e impacto nas comunidades. 28 de março de 2024. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2024/03/28/ponte-brasil-bolivia-quer-escoar-producao-do-agro-mas-nao-considera-desmatamento-e-impacto-nas-comunidades/>>.

151 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Ponte Binacional Guajará Mirim: DNIT anuncia empresa habilitada para obras. 13 de março de 2024. Disponível em: <<https://www.al.ro.leg.br/noticias/ponte-binacional-guajara-mirim-dnit-anuncia-empresa-habilitada-para-obras>>.

152 CANAL RURAL. MT: produtores de Água Boa defendem traçado da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. 22 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://blogs.canalrural.com.br/canalruralmatogrosso/2018/11/22/produtores-defendem-tracado-da-ferrovia-de-integracao-do-centro-oeste/>>.

153 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Rodovia entre Cruzeiro do Sul (AC) e Peru não pode ser feita sem consulta prévia a povos atingidos, diz Justiça. 19 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/ac/sala-de-imprensa/noticias-ac/rodovia-entre-cruzeiro-do-sul-ac-e-peru-nao-pode-ser-feita-sem-consulta-previa-a-povos-atingidos-diz-justica>>.

154 DE OLHO NOS RURALISTAS. Relatório da CPI das ONGs favorece projeto de rodovia que corta ao meio a Serra do Divisor, no Acre. 12 de dezembro de 2023. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2023/12/12/relatorio-da-cpi-das-ongs-favorece-projeto-de-rodovia-que-corta-ao-meio-a-serra-do-divisor-no-acre/>>.

155 OBSERVATÓRIO DO CLIMA. “BR-319 pode empurrar clima global a ponto de não retorno”, diz especialista. 25 de julho de 2024. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/impacto-ambiental-da-br-319-e-suficiente-para-empurrar-clima-global-a-ponto-de-nao-retorno-diz-especialista/>>.

156 INFOAMAZONIA. Desmatamento em florestas públicas sem destinação é principal causador de emissões de carbono ao redor da BR-319. 01 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2024/08/01/desmatamento-em-florestas-publicas-sem-destinacao-e-principal-causador-de-emissoes-de-carbono-ao-redor-da-br-319/>>.

157 O ECO. Governo anuncia repavimentação de trecho da BR 319. 16 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://oeco.org.br/salada-verde/governo-anuncia-repavimentacao-de-trecho-da-br-319/>>.

158 G1. Liminar derruba licença prévia para asfaltamento da BR-319. 25 julho de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/07/25/liminar-licenca-previa-da-br-319.ghtml>>.

159 BRASIL. Ministério dos Transportes. Ministério dos Transportes publica relatório sobre obras de recuperação da BR-319/AM e avança em debate de duas décadas. 11 de junho de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2024/06/ministerio-dos-transportes-publica-relatorio-sobre-obras-de-recuperacao-da-br-319-am-e-avanca-em-debate-de-duas-decadas>>.

160 G1 AM. Justiça nega pedido da AGU e mantém suspensa reconstrução de trecho central da BR-319. 28 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/08/28/justica-nega-pedido-da-agu-e-mantem-suspensa-reconstrucao-de-trecho-da-br-319.ghtml>>.



**DE OLHO
NOS RURALISTAS**
Observatório do agronegócio no Brasil